

**CONTRATO DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO QUE  
ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A COMPANHIA  
DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG E, DE OUTRO  
LADO, [REDACTED].**

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS – GASMIG, sociedade anônima, com sede na Avenida Barbacena, nº 1.200, 7º andar, na Cidade de Belo Horizonte, MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.261.473/0001-85, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, a seguir referida simplesmente como “GASMIG”;

[REDACTED], [REDACTED], com sede [REDACTED], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [REDACTED], ato representada na forma de seu Estatuto Social, a seguir referida simplesmente como “CONTRATANTE”;

GASMIG e CONTRATANTE são doravante em conjunto denominadas “PARTES” e, isoladamente, “PARTE”.

**CONSIDERANDO QUE:**

i. a Lei nº 14.134, de 08 de abril de 2021, instituiu normas para a exploração das atividades econômicas de transporte de GÁS NATURAL por meio de condutos e de importação e exportação de GÁS NATURAL, de que tratam os incisos III e IV do caput do art. 177 da Constituição Federal, bem como para a exploração das atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.

ii. o Decreto nº 10.712/2021, que regulamenta a Lei nº 14.134/2021, de 8 de abril de 2021, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição, e sobre as atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de GÁS NATURAL.

iii. nos termos do artigo 25, parágrafo 2º da Constituição Federal e do artigo 10º, inciso VIII, da Constituição do Estado de Minas Gerais, cabe ao Estado de Minas Gerais, diretamente ou mediante concessão, explorar os serviços locais de gás canalizado em seu território, na forma da lei.

iv. a GASMIG é a Concessionária dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 2º do artigo 25 da Constituição Federal e na Lei Estadual nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993 que autorizou sua constituição.

v. foi aprovada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico a Resolução SEDE nº 17, de 09 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as regras para criação do mercado livre na área de concessão de ~~gás canalizado~~ GÁS NATURAL do Estado de Minas Gerais e as condições gerais de acesso à prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO de gás canalizado, no Estado de Minas Gerais, para a movimentação de GÁS ao CONSUMIDOR LIVRE, AUTOIMPORTADOR e AUTOPRODUTOR no Estado.

**Justificativa:** Aplicação dos exatos termos constantes da ementa da Resolução SEDE nº 17/2013.

vi. A CONTRATANTE utiliza seu próprio GÁS na modalidade de Autoimportação/Autoprodução ou firmou com o COMERCIALIZADOR DE GÁS contrato de fornecimento de GÁS ~~e que o mesmo não onera o MERCADO REGULADO da~~

~~GASMIG, conforme observando os termos da~~ Resolução SEDE nº 17, de 09 de dezembro de 2013.

**Justificativa:** *O presente item só será aplicável às hipóteses em que o contratante é um Consumidor Livre, visto que em relação aos Autoprodutores e Autoimportadores não há que se falar em contrato de comercialização.*

vii. A CONTRATANTE, ou terceiro por ela indicado, firmou com o TRANSPORTADOR ~~ou COMERCIALIZADOR DE GÁS~~ contrato de prestação de serviço de transporte que atende ao PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA.

**Justificativa:** *Não obstante o Comercializador possa ser responsável pela contratação do serviço de transporte, comprometendo-se a transferir a propriedade do gás para o adquirente (consumidor livre) após o transporte, não há que se falar em contratação de serviço de transporte com o Comercializador, pois em alguns casos o próprio consumidor livre pode ser o carregador de seu gás. Em uma rápida consulta à página da ANP (<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/movimentacao-estocagem-e-comercializacao-de-gas-natural/acompanhamento-do-mercado-de-gas-natural/autorizacao-e-registro-de-agentes>) é possível verificar que diversos consumidores já estão autorizados como carregadores de gás. Ademais, verifica-se que a Resolução SEDE nº 17/2013 utiliza o termo Ponto de Recepção (e não Ponto de Saída).*

viii. as alterações promovidas pela Resolução SEDE nº 32, de 28 de junho de 2021, que altera a Resolução SEDE nº 17, de 9 de dezembro de 2013, e a Resolução SEDE nº 18, de 9 de dezembro de 2013, estabelece que a concessionária deverá se utilizar de contrato padronizado de distribuição de gás para atendimento aos CONSUMIDORES LIVRES, AUTOIMPORTADORES e AUTOPRODUTORES.

**Justificativa:** *O artigo 2º da Resolução SEDE nº 17/2013 define Contrato de Serviço de Distribuição como “contrato firmado entre a concessionária e o consumidor livre, o autoimportador ou o autoprodutor para a prestação do serviço de distribuição, disciplinando os direitos e obrigações entre as partes”. Deste modo, observamos que a determinação normativa abarca o contrato a ser celebrado não só com o Consumidor Livre, como também com o Autoprodutor ou Autoimportador.*

As PARTES, entre si, têm justo e acordado celebrar o presente CONTRATO, que será regido pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

## CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE TERMOS

1.1 Neste CONTRATO, sempre que grafados em maiúsculas, seja no singular ou no plural, os termos abaixo terão as definições que lhes são atribuídas nesta Cláusula:

1.1.1 4.1.1-AFILIADA: para fins do presente CONTRATO, com relação a qualquer PARTE, significa qualquer pessoa física ou jurídica residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada pela PARTE; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal PARTE; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal PARTE. Para os fins deste item, Controle significa, em uma sociedade ou outra forma de organização comercial, (i) titularidade direta ou indireta de mais de 50% (cinquenta por

cento) dos direitos de voto e (ii) o poder de orientar ou determinar a orientação da administração ou políticas;

1.1.2 ANO: significa para o primeiro ANO um período que começa no DIA do INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO e termina no último DIA do mês de dezembro do ano em questão. Para o último ANO de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO. Para os demais anos começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA do mês de dezembro do mesmo ano.

4.1.4.11.1.3 ~~4.1.2~~ ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás, biocombustíveis e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 ou qualquer outra entidade que, por força de lei ~~ou regulamentação~~, venha a substituí-la no futuro.

**Justificativa:** Considerando que as atribuições da ANP são outorgadas por meio de lei em sentido estrito (Lei nº 9.478/1997), somente outra norma de igual ou superior hierarquia estará apta a alterar tais atribuições. Deste modo, sugerimos a exclusão assinalada.

1.1.4 ~~AUTOIMPORTADOR:~~ sociedade ou consórcio autorizado para a importação de gás natural que utiliza parte ou a totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais.

1.1.5 ~~AUTOPRODUTOR:~~ sociedade ou consórcio explorador e produtor de gás natural que utiliza parte ou a totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais

1.1.6 ~~4.1.3~~ ARREDONDAMENTO, ARREDONDADO ou ARREDONDAR: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

(a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;

(b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

1.1.7 ~~4.1.4~~ CALIBRAÇÃO: significa o conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição e os valores correspondentes das grandezas, estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis a RBC (Rede Brasileira de Calibração).

1.1.8 ~~4.1.5~~ CALORIA (cal): significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1 g (um grama) de água pura desde 14,5°C (quatorze vírgula cinco graus Centígrados) até 15,5°C (quinze vírgula cinco graus Centígrados) à pressão absoluta de 1,013 (um vírgula zero treze) bar. QUILOCALORIA (kcal) significa 1.000 (mil) cal.

1.1.9 ~~4.1.6~~ CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento que se enquadre nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no

artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, observado o disposto na Cláusula 15 deste Contrato.

**Justificativa:** Considerando que o presente instrumento disciplina as questões relativas à ocorrência de caso fortuito ou força maior, incluímos nesta definição a referência à respectiva cláusula.

**1.1.10** ~~1.1.7~~ COMERCIALIZADOR DE GÁS: ~~empresa ou consórcio de empresas autorizadas a exercer a atividade de compra e venda de GÁS NATURAL responsável por disponibilizar a molécula de GÁS no sistema de transporte que atende ao PONTO DE SAÍDA para o consumo de CONTRATANTE~~ agente da indústria do GÁS NATURAL que detém a propriedade de volume de GÁS NATURAL, registrado e autorizado pela ANP para exercer a atividade de comercialização de GÁS NATURAL, ressalvada a atividade de distribuição de GÁS NATURAL, nos termos do § 2º do art. 25 da Constituição Federal.

**Justificativa:** Sugerimos adotar a definição de agente vendedor, constante da Resolução ANP nº 52/2011.

**1.1.11** ~~1.1.8~~ CONDIÇÕES BASE: significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

**1.1.12** ~~1.1.9~~ CONDIÇÕES DE ENTREGA: significam as condições de disponibilização do GÁS pelo ~~TRANSPORTADOR CONTRATANTE, ou por quem este vier a indicar,~~ à GASMIG e pela GASMIG à UNIDADE ATENDIDA, conforme CLÁUSULA 8 – PONTO DE ENTREGA DA GASMIG e PONTO DE ~~RECEPÇÃO SAÍDA~~.

**Justificativa:** Sugerimos tal alteração pois podem haver modelagens contratuais em que um terceiro (como o comercializador, por exemplo) é responsável por contratar o transporte de gás.

**1.1.13** ~~CONDICÕES DE REFERÊNCIA: correspondem à temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil trezentos e vinte e cinco Pascal) e ao Poder Calorífico de Referência (PCR).~~

~~1.1.21.1.14~~

CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM E PRESSÃO (CMRP): significa o conjunto de instalações da GASMIG, onde se localiza o PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, destinadas a adequar as CONDIÇÕES DE ENTREGA do GÁS pela GASMIG, tais como regulagem de pressão, filtragem, medição, cromatografia e registro das pressões e temperaturas do GÁS e utilizadas na apuração da QUANTIDADE MEDIDA entregue à UNIDADE ATENDIDA.

**1.1.15** ~~1.1.11~~ CONTRATO: significa o presente contrato de prestação de SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO de GÁS para atendimento à UNIDADE ATENDIDA, utilizando o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO da GASMIG, conforme definido na CLÁUSULA 2 – OBJETO.

1.1.16 ~~4.1.12~~ DIA: significa um período de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, que, para efeito deste CONTRATO, inicia-se às 0:00h (zero Hora) de um determinado dia, terminando às 24:00h (vinte e quatro Horas) do mesmo dia, referenciados ao horário oficial de Brasília.

1.1.17 ~~4.1.13~~ DIA ÚTIL: significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades onde se localizam a sede da GASMIG e da UNIDADE ATENDIDA.

1.1.18 ~~4.1.14~~ DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito e de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE à outra para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do CONTRATO, pela outra PARTE.

1.1.19 ~~4.1.15~~ GÁS ou GÁS NATURAL: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, cuja composição poderá conter gases úmidos, secos e residuais.

1.1.20 ~~4.1.16~~ GASMIG ATENDE: significa a plataforma eletrônica de propriedade da GASMIG, disponibilizada na Internet, ou através de aplicativo e utilizada como interface de comunicação entre GASMIG e CONTRATANTE. As PARTES concordam que o uso do GASMIG ATENDE ocorrerá na forma prevista no seu respectivo contrato, constante no endereço eletrônico: <https://servicos.gasmig.com.br>. Na indisponibilidade do GASMIG ATENDE, a comunicação entre as PARTES será realizada através de NOTIFICAÇÃO.

1.1.21 ~~4.1.17~~ IGPM: significa o valor definitivo do número-índice do Índice Geral de Preços – Mercado (IGPM), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Caso o IGPM deixe de ser publicado, outro índice deverá ser escolhido ou selecionado por mútuo acordo das PARTES, que (i) reflita, de forma razoável, a manutenção do poder de compra da moeda brasileira, (ii) seja publicado com periodicidade, pelo menos, mensal e (iii) seja amplamente adotado em contratos comerciais no país.

1.1.22 ~~4.1.18~~ INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO: significa a data a partir da qual a GASMIG estará apta para iniciar o SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, conforme determina o CONTRATO. Essa data será confirmada pela GASMIG através de NOTIFICAÇÃO.

1.1.23 ~~4.1.19~~ MERCADO REGULADO: ambiente de contratação que compreende a movimentação e comercialização de gás ao consumidor cativo pela GASMIG;

1.1.24 ~~4.1.20~~ MÊS: significa um período de tempo que:

(a) para o primeiro MÊS, começará a 0:00h (zero hora) do DIA do INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO e terminará às 24:00h (vinte e quatro horas) do último DIA do correspondente MÊS;

(b) para cada MÊS de vigência do CONTRATO subsequente ao primeiro, com exceção do último MÊS de vigência, começará no primeiro DIA desse MÊS e terminará no último DIA do mesmo MÊS;

(c) para o último MÊS de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA do correspondente mês e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO.

Observando-se, ademais, que o termo “mês”, quando não grafado em maiúsculas, significa mês calendário.

1.1.25 ~~4.1.24~~ METRO CÚBICO DE GÁS (m³): corresponde a quantidade de GÁS, que nas CONDIÇÕES BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

1.1.26 ~~4.1.22~~ NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES, dirigida aos domicílios constituídos na CLÁUSULA 19 – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES, cujo recebimento possa ser provado, pela PARTE emitente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica, fac-símile ou qualquer outro meio de notificação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. Entenda-se NOTIFICAR e suas flexões verbais como o ato de enviar uma NOTIFICAÇÃO.

1.1.27 ~~4.1.23~~ PARADA PROGRAMADA: correspondem a situações transitórias, previstas e comunicadas mediante NOTIFICAÇÃO com antecedência conforme item 10.7, que resultem em redução, total ou parcial, ~~no fornecimento na entrega~~, ou no recebimento de GÁS, ou no SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, para fins de manutenção ou reparo, técnica ou legalmente recomendada, em equipamentos ou condutos vinculados: a) à infraestrutura de entrega do GÁS pelo ~~COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR CONTRATANTE~~, ou por quem este indicar, e/ou no SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO da GASMIG; b) ~~às infraestrutura de recebimento do GÁS pela instalações do~~ CONTRATANTE. -.]

1.1.28 ~~4.1.24~~ PARCELA COMPENSATÓRIA: mecanismo regulatório capaz de repassar integralmente para as tarifas as variações positivas e negativas entre as previsões assumidas para o cálculo do custo médio do gás adquirido e o efetivamente pago, resguardando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, gerando a neutralidade dos componentes tarifários não gerenciáveis reconhecido pelo PODER CONCEDENTE para cada categoria tarifária

1.1.29 ~~4.1.25~~ PARTE (S): significam a CONTRATANTE e a GASMIG, quando em conjunto mencionadas. No singular, significa a CONTRATANTE ou a GASMIG, conforme o contexto.

1.1.30 ~~4.1.26~~ PARTE AFETADA: significa a PARTE que alegar o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

1.1.31 ~~4.1.27~~ PERÍODO (S) DE FATURAMENTO: significam os períodos que a GASMIG fará suas medições para faturamento: (i) 1º (primeiro) DIA de cada MÊS ao 15º (décimo quinto) DIA do referido MÊS; e (ii) 16º (décimo sexto) DIA de cada MÊS ao último DIA do referido MÊS.

1.1.32

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 kcal/m3 (nove mil e quatrocentas quilocalorias por METRO CÚBICO).



1.1.33 ~~4.1.28~~ **PODER CALORÍFICO SUPERIOR:** significa a quantidade de energia liberada, na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m<sup>3</sup> (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO DE GÁS). Para conversão de unidades, será considerado 1 CALORIA igual a 4,1855 Joules. Sua apuração ocorrerá no PONTO DE ~~RECEPÇÃO~~SAÍDA DA GASMIG.

1.1.34 ~~4.1.29~~ **PODER CONCEDENTE:** o Estado de Minas Gerais, que nos termos do parágrafo 2º, do artigo 25 da Constituição Federal de 1988, possui competência para prestar-explorar os serviços público-locais de distribuição de GÁS canalizado, diretamente, ou mediante concessão, por meio de órgão por ele designado na forma da lei, vedada a edição de medida provisória.

**Justificativa:** Considerando a expressa referência ao dispositivo da Constituição Federal, entendemos que a presente definição deve refletir os seus exatos termos, sem inovações.

1.1.35 ~~4.1.30~~ **PONTO DE ENTREGA DA GASMIG:** significa o flange de saída do GÁS localizado no CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM DE PRESSÃO (CMRP), no qual a GASMIG irá disponibilizar para a CONTRATANTE o GÁS movimentado no SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO.

1.1.36 ~~4.1.31~~ **PONTO DE SAÍDA**~~PONTO DE RECEPÇÃO:~~ significa o local onde é disponibilizado o GÁS para a GASMIG através de conexão ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO o flange de conexão entre o conjunto de instalações, incluindo o sistema de medição, localizadas junto ao gasoduto de transporte, necessárias para disponibilizar o GÁS à DISTRIBUIDORA e o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, que é local onde é disponibilizado o GÁS para a DISTRIBUIDORA através de conexão ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO.

**Justificativa:** Sugerimos que o presente instrumento adote as mesmas nomenclaturas e definições constantes da Resolução SEDE nº 17/2013, de forma a dar maior segurança jurídica às futuras contratações. Nesse sentido, verificamos que a citada norma não prevê o termo “Ponto de Saída”, mas sim “Ponto de Recepção”, definido como “local onde é disponibilizado o gás para a concessionária através de conexão ao sistema de distribuição”.

1.1.37 ~~4.1.32~~ **QUANTIDADE CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC-CDC):** significa a quantidade-capacidade diária de distribuição de GÁS, nas CONDIÇÕES BASE, definida no item 6.1.

1.1.38 ~~4.1.33~~ **QUANTIDADE CAPACIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDPCDP):** significa a quantidade-capacidade de distribuição de GÁS, nas CONDIÇÕES BASE DE REFERÊNCIA, que a GASMIG tenha programado para colocar à disposição da CONTRATANTE no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, em determinado DIA, medida em METRO CÚBICO DE GÁS

nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme previsto CLÁUSULA 10 – PROGRAMAÇÃO E PARADAS PROGRAMADAS.

1.1.39 ~~1.1.34~~ QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada pela CONTRATANTE, no DIA, apurada por PONTO DE ENTREGA, calculada conforme item 12.3.

1.1.40 ~~1.1.35~~ QUANTIDADE-CAPACIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDSCDS): significa a quantidade-capacidade de distribuição de GÁS, nas CONDIÇÕES BASE, solicitada pela CONTRATANTE à GASMIG para ser colocada à disposição no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, em determinado DIA, medida em METRO CÚBICO DE GÁS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme previsto na CLÁUSULA 10 – PROGRAMAÇÃO E PARADAS PROGRAMADAS.

1.1.41 ~~1.1.36~~ QUANTIDADE FALTANTE: significa o volume de GÁS em METROS CÚBICOS DE GÁS nas CONDIÇÕES BASE DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO para número inteiro calculada conforme item 11.3.

1.1.42

RAMAL DEDICADO: aquele construído pela GASMIG ou pelo CONTRATANTE, utilizado para abastecer, especificamente, a UNIDADE ATENDIDA diretamente conectada ao transportador, UPGN, terminal de GNL, ou a outras fontes de suprimento devidamente autorizadas pela ANP.

**Justificativa:** Sugerimos a inclusão de Ramal Dedicado, pois há casos em que não há atendimento pela malha da distribuidora, mas apenas um único duto dedicado ao atendimento exclusivo de um único cliente que parte diretamente da fonte de suprimento.

1.1.43 ~~1.1.37~~ QUANTIDADE MEDIDA (QM): significa a quantidade de GÁS, expressa em METRO CÚBICO DE GÁS, apurado em determinado DIA, disponibilizada, nas CONDIÇÕES BASE, pela GASMIG à CONTRATANTE no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG e pelo TRANSPORTADOR à GASMIG no PONTO DE SAÍDA.

1.1.44 ~~1.1.38~~ SELIC: taxa básica de juros da economia apurada nas operações de empréstimos de um dia entre as instituições financeiras que utilizam títulos públicos federais como garantia, publicada pelo Banco Central do Brasil.

1.1.45 ~~1.1.39~~ SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO: significa a prestação de serviços de acesso, de uso, operação e manutenção do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, bem como a movimentação de quantidade de GÁS canalizado pela GASMIG do PONTO DE SAÍDA-RECEPÇÃO até o PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, disciplinado por meio do presente CONTRATO.

1.1.46 ~~1.1.40~~ SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: significa as redes gerais, ramais de distribuição e demais equipamentos e instalações operadas pela GASMIG, necessários à prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, situado entre o PONTO DE SAÍDA-RECEPÇÃO e o PONTO DE ENTREGA DA GASMIG.



~~1.1.47 1.1.41~~—TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD): ~~significa o valor a tarifa cobrado~~ cobrada pela GASMIG referente à prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, conforme ~~definido~~ definida pelo PODER CONCEDENTE.

~~1.1.48 1.1.42~~—TRANSPORTADOR: empresa ou consórcio de empresas autorizados a exercer a atividade de transporte de gás natural, responsável pelo PONTO DE ~~SAÍDA~~ RECEPÇÃO;

~~1.1.49 1.1.43~~—UNIDADE ATENDIDA: IA SER PREENCHIDA NO CASO CONCRETO

***Justificativa:** Sugerimos a inclusão do texto acima, de modo a deixar claro na minuta que a identificação da Unidade da Contratante a ser atendida será estabelecida no caso concreto*

~~1.1.50~~ VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR): significa a indenização pela resolução antecipada do Contrato, definida conforme Cláusula ~~Erro! Fonte de referência não encontrada.~~ 17.4.

## CLÁUSULA 2 – OBJETO

2.1 O presente CONTRATO tem por objeto a prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO de GÁS NATURAL canalizado pela GASMIG à CONTRATANTE, para atendimento à UNIDADE ATENDIDA, utilizando o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, em conformidade com a ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QCDC) e condições ora estabelecidas.

## CLÁUSULA 3 – OBRIGAÇÕES DA GASMIG

3.1 Prestar o SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, na forma disciplinada no presente CONTRATO.

3.2 O CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM E PRESSÃO (CMRP) será instalado nas dependências da UNIDADE ATENDIDA, em local definido de comum acordo entre as PARTES, situado o mais próximo possível da rede de distribuição de GÁS da GASMIG, de preferência em área adjacente à cerca externa que permita o acesso livre, fácil e direto da GASMIG e/ou terceiros por ela contratados, quando devidamente identificados, para todos os fins previstos neste CONTRATO.

3.2.1 Os investimentos no CMRP serão de responsabilidade da GASMIG, exceto o disposto no item 4.3.1.

3.3 Informar a medição de consumo de GÁS NATURAL, conforme as determinações da ANP e PODER CONCEDENTE, para o TRANSPORTADOR, COMERCIALIZADOR DE GÁS e a CONTRATANTE.

3.4 A GASMIG assegura que, enquanto tiver o GÁS sob sua custódia, empregará as melhores práticas da indústria do GÁS NATURAL, internacionalmente aceitas,

prestando os serviços previstos neste CONTRATO com eficiência e mantendo os padrões de qualidade, segurança e proteção ambiental.

#### **CLÁUSULA 4 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1 Efetuar os pagamentos devidos à GASMIG pelos ~~serviços~~ SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO prestados, conforme definido neste CONTRATO.

4.2 Construir, manter, operar e se responsabilizar pelas instalações da UNIDADE ATENDIDA, observando o correto uso do GÁS e arcar com as despesas correspondentes.

4.3 O CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM E PRESSÃO (CMRP) será instalado nas dependências da UNIDADE ATENDIDA, em local definido de comum acordo entre as PARTES, situado o mais próximo possível da rede de distribuição de GÁS da GASMIG, de preferência em área adjacente à cerca externa que permita o acesso livre, fácil e direto da GASMIG e/ou terceiros por ela contratados, quando devidamente identificados, para todos os fins previstos neste CONTRATO.

4.3.1 A CONTRATANTE obriga-se a ceder à GASMIG, pelo prazo de vigência deste CONTRATO, área destinada à instalação do CMRP com:

- I. Um ponto de energia elétrica, exclusivo e ininterrupto, de 100V a 240V, disponibilizado internamente na caixa de alimentação do padrão de telemedição, conforme projeto padrão da GASMIG;
- II. Um ponto de água com torneira de diâmetro de  $\frac{3}{4}$  polegadas a aproximadamente 2,0 (dois vírgula zero) metros da cerca do CMRP.

4.3.2 A CONTRATANTE obriga-se a zelar para que o CMRP fique livre de qualquer dano causado por si ou por seus prepostos, obrigando-se ainda a ressarcir eventuais prejuízos que vier a causar, por si ou por seus prepostos, nos materiais e componentes que integram o citado conjunto.

4.3.3 A CONTRATANTE declara estar ciente que o impedimento desmotivado ao acesso livre, fácil e direto ao CMRP pela GASMIG e/ou terceiros por ela contratados e devidamente habilitados, poderá:

- I. impossibilitar o atendimento pela GASMIG de ocorrências de vazamentos de GÁS e bloqueio de equipamentos;
- II. impossibilitar a realização pela GASMIG de manutenção preventiva e corretiva do CMRP;
- III. resultar na indisponibilidade dos dados remotos de medição e de monitoramento.

4.3.4 Caso seja impedido, sem motivação, o acesso da GASMIG ao CMRP, a CONTRATANTE se responsabilizará integralmente pela interrupção do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO e quaisquer outros danos diretos, comprovadamente resultantes exclusivamente do impedimento de acesso da GASMIG.

**Justificativa:** As alterações propostas visam deixar a obrigação em questão mais clara e objetiva, bem como limitar os danos previstos àqueles comprovadamente resultantes do impedimento de acesso.

4.3.5 A CONTRATANTE se obriga a construir, imediatamente à jusante do CMRP, as instalações necessárias à utilização do GÁS, devendo estar apto a iniciar o consumo do GÁS até o INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO.

4.4 A CONTRATANTE deverá informar o volume de GÁS NATURAL e/ou capacidade de transporte contratado, bem como ~~e~~ a vigência do contrato firmado com o COMERCIALIZADOR DE GÁS, Caso a CONTRATANTE não seja autoprodutor/autoimportador, e/ou TRANSPORTADOR e todas as eventuais alterações relacionadas a tais questões em um prazo de até 30 (trinta) DIAS após a alteração/assinatura desse CONTRATO.

**Justificativa:** Entendemos mais adequado que a presente previsão seja ajustada de acordo com o caso concreto, visto que nas hipóteses envolvendo Autoprodutor/Autoimportador, não haveria razão para mencionar eventual contrato com o comercializador.

## CLÁUSULA 5 – VIGÊNCIA

5.1 O presente CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e seu término ocorrerá, automaticamente, em XX/XX/XXXX, independente de aviso ou NOTIFICAÇÃO entre as PARTES.

5.1.1 O INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO ocorrerá em XX/XX/XXX.

**Justificativa:** Considerando que podem ser necessários ajustes técnicos e operacionais para que a distribuidora esteja apta a prestar o serviço de distribuição, eventualmente poderá ser necessária a previsão de uma data específica para o início de tal prestação.

5.2 A alteração da data de prazo de vigência do CONTRATO somente será realizada mediante a assinatura de termo aditivo entre as PARTES.

5.3. O término contratual não importará na ineficácia das cláusulas relativas a incidências tributárias, lei aplicável, resolução de controvérsias, sigilo, anticorrupção, que permanecerão vigentes pelos prazos nelas estabelecidos ou pelos prazos prescricionais legalmente previstos.

**Justificativa:** A inclusão acima visa disciplinar a manutenção da eficácia das cláusulas relativas aos temas elencados, de forma a dar segurança jurídica para as partes:

## CLÁUSULA 6 – QUANTIDADE CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL E INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO

6.1 A QUANTIDADE CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDCDC) será de XX m<sup>3</sup>/dia (XXXX metros cúbicos por DIA).

6.1.1 A qualquer momento, desde que haja interesse das PARTES, a QUANTIDADE CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) poderá ser alterada, mediante aditivo contratual.

6.2 A data exata de INÍCIO DO SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO será formalmente confirmada pela GASMIG à CONTRATANTE com pelo menos 48 horas de antecedência.

## CLÁUSULA 7 – TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD)

7.1 A TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO é aquela definida pelo PODER CONCEDENTE para a classe tarifária, ou aquela que vier a substituí-la.

7.1.1 A TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO de que trata o item 7.1 desta cláusula refere-se ao seu valor líquido, para pagamento à vista, não estando nela incluídos quaisquer tributos (impostos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais federais, estaduais e municipais), "royalties" ou quaisquer outras tributações existentes ou que venham a ser criadas, e que sejam devidas em decorrência direta ou indireta, do presente CONTRATO ou de sua execução, os quais, se exigíveis da GASMIG, deverão ser discriminados nas faturas a serem apresentadas à CONTRATANTE e adicionados àqueles valores e/ou cobrados nas mesmas condições estabelecidas nesta cláusula.

7.2 A incidência da TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO no faturamento será conforme a Resolução [do PODER CONCEDENTE SEDE nº 17/2013](#), ou outra que vier a substituí-la.

7.3 Caso o CONTRATANTE esteja migrando sua quantidade contratada do MERCADO REGULADO, o saldo da PARCELA COMPENSATÓRIA, será cobrado ou devolvido pelo CONTRATANTE em 12 parcelas iguais, atualizada pela SELIC.

7.3.1 O cálculo do valor a ser cobrado, ou devolvido referente ao item 7.3, será resultante da seguinte equação:

$$VPCD = SPC \times \frac{\sum_{n=1}^m VCCMC_n}{\sum_{n=1}^m VTMC_n}$$

VPCD	-	Significa o valor em REAIS da PARCELA COMPENSATÓRIA a qual o CONTRATANTE deverá arcar, ou receber por migrar do MERCADO REGULADO no mês de migração para o MERCADO LIVRE, que será quitado em 12 parcelas mensais via Sistema de Amortização Constante.
SPC	-	Significa o saldo da PARCELA COMPENSATÓRIA em Reais no dia anterior à saída do CONTRATANTE do MERCADO REGULADO definido no item 6.2.
m	-	É igual a 12 (doze) meses de consumo no MERCADO REGULADO que serão computados para cálculo da <u>proporcionalização</u> do saldo da PARCELA COMPENSATÓRIA.
n	-	Significa um determinado mês do período de apuração do consumo do CONTRATANTE.
VCCMC <sub>n</sub>	-	Significa o volume consumido pelo CONTRATANTE no MERCADO REGULADO no mês n.
VTMC <sub>n</sub>	-	Significa o volume consumido pelo MERCADO REGULADO no mês n.

7.3.2 No caso do cálculo do SPC indicar saldo a recuperar pela GASMIG, cabe ao CONTRATANTE NOTIFICAR a GASMIG com até 10(vinte) DIAS antes do fim do PERÍODO DE FATURAMENTO se deseja antecipar o valor a ser pago do VPCD referido no item 7.3.1, caso contrário o documento de cobrança será cobrado em 12 parcelas via Sistema de Amortização Constante atualizado pela variação da SELIC.

7.3.3 No caso do cálculo do VPCD indicar saldo a ser ressarcido pela GASMIG, o documento de cobrança com o crédito será emitido em 12 parcelas via Sistema de Amortização Constante atualizado pela variação da SELIC e deverá ser utilizado na quitação dos demais DOCUMENTOS DE COBRANÇA do respectivo PERÍODO DE FATURAMENTO.

7.3.3.1 Caso o valor da parcela do VPCD indicada no caput 7.3.3 for superior ao dos demais DOCUMENTOS DE COBRANÇA do respectivo PERÍODO DE FATURAMENTO, o valor restante será creditado em conta corrente pela GASMIG em até 10(dez) DIAS em conta a ser informado, via NOTIFICAÇÃO, pelo CONTRATANTE antes da migração do MERCADO REGULADO.

## CLÁUSULA 8 – PONTO DE ENTREGA DA GASMIG e PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA

8.1 O PONTO DE ENTREGA DA GASMIG é o listado na seguinte tabela:

<table><tr><td>PONTO DE ENTREGA DA GASMIG</td></tr><tr><td>Flange de conexão a jusante ao CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM E PRESSÃO (CMRP)</td></tr></table>	PONTO DE ENTREGA DA GASMIG	Flange de conexão a jusante ao CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM E PRESSÃO (CMRP)
PONTO DE ENTREGA DA GASMIG		
Flange de conexão a jusante ao CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM E PRESSÃO (CMRP)		
<table><tr><td><u>PONTO DE ENTREGA DA GASMIG</u></td></tr><tr><td><u>Flange de conexão a jusante ao CONJUNTO DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO (CMRP)</u></td></tr></table>	<u>PONTO DE ENTREGA DA GASMIG</u>	<u>Flange de conexão a jusante ao CONJUNTO DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO (CMRP)</u>
<u>PONTO DE ENTREGA DA GASMIG</u>		
<u>Flange de conexão a jusante ao CONJUNTO DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO (CMRP)</u>		

8.1.1 O PONTO DE ENTREGA DA GASMIG fica situado nas instalações da UNIDADE ATENDIDA, conforme definido no item 4.3.

8.1.2 A transferência de custódia do GÁS da GASMIG ao CLIENTE-CONTRATANTE ocorrerá no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG.

8.2 O Ponto-PONTO de RECEPÇÃO SAÍDA é o listado na seguinte tabela:

<table><tr><td>Local do PONTO DE SAÍDA</td></tr><tr><td></td></tr></table>	Local do PONTO DE SAÍDA	
Local do PONTO DE SAÍDA		

8.2.1 A transferência de custódia do GÁS da CONTRATANTE ou do COMERCIALIZADOR DE GÁS à DISTRIBUIDORA ocorrerá no Ponto de SAÍDA PONTO DE RECEPÇÃO.

**Justificativa:** Conforme exposto anteriormente, tal previsão só será aplicável aos contratos firmados com consumidores livres e dependendo da modelagem negocial que seja adotada entre o comercializador e o consumidor livre.

8.3 A responsabilidade sobre as perdas de GÁS será definida, conforme regulação nacional e estadual vigente.

8.4. A responsabilidade da GASMIG pelos SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO se dará a partir do PONTO DE RECEPÇÃO e até o PONTO DE ENTREGA. Assim, todos os riscos

e perdas de GÁS fora do limite previsto na regulação correrão por conta da GASMIG, a partir do PONTO DE RECEPÇÃO e até o PONTO DE ENTREGA.

**Justificativa:** A inclusão do presente item tem função de disciplinar a responsabilidade da distribuidora.

## CLÁUSULA 9 – CONDIÇÕES DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DO GÁS

### 9.1 CONDIÇÕES PARA O SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DO GÁS

9.1.1 O GÁS será disponibilizado pelo COMERCIALIZADOR DE GÁS CONTRATANTE, ou por quem este indicar, à GASMIG no PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA, atendendo às condições desta Cláusula. As condições de fornecimento do GÁS no PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA são as apresentadas na seguinte tabela, onde as pressões são expressas nas CONDIÇÕES BASE:

PONTO DE SAÍDA	Pressão Mínima de Fornecimento (kgf/cm²g)	Pressão Máxima de Fornecimento (kgf/cm²g)
Conforme PR/PMO		

<u>PONTO DE SAÍDA</u>	<u>Pressão Mínima de Recebimento (kgf/cm²g)</u>	<u>Pressão Máxima de Recebimento (kgf/cm²g)</u>
<u>Conforme PR/PMO</u>	<u>      </u>	<u>      </u>

9.1.2 Em nenhuma hipótese, a pressão à jusante do PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA poderá exceder a Pressão Máxima de Fornecimento Recebimento.

9.1.3 A GASMIG confirma que seu gasoduto diretamente ligado ao PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA está apto, homologado e licenciado para suportar pressões até o valor definido na Pressão Máxima de Fornecimento Recebimento, conforme definem as normas nacionais e internacionais de gasodutos.

9.1.4 A GASMIG será responsável por qualquer dano direto ou prejuízo causado aos seus equipamentos, em decorrência do fornecimento de GÁS em pressão de até a Pressão Máxima de Fornecimento Recebimento.

9.1.5 Em nenhuma hipótese a GASMIG poderá ser responsabilizada por eventual falha de fornecimento SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, caso a pressão de Disponibilização fornecimento no PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA seja inferior à Pressão Mínima de Fornecimento Recebimento no DIA, ressalvado quando a queda de pressão for causada pelos demais clientes atendidos pela Distribuidora.



**Justificativa:** A queda de pressão pode ser causada por outros usuários da rede da CDL. Nesse caso, a CDL é responsável no âmbito deste contrato, uma vez que poderia ter atuado para minimizar o impacto nos outros contratos

## 9.2 CONDIÇÕES DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DO GÁS:

9.2.1 As condições de fornecimento do GÁS no PONTO DE ENTREGA ~~Ponto de Entrega~~ da GASMIG são as apresentadas na seguinte tabela, onde as vazões são expressas nas CONDIÇÕES BASE:

PONTO DE ENTREGA DA GASMIG	Vazão Máxima (mil m³/dia)	Vazão Mínima (mil m³/dia)	Pressão Mínima de Fornecimento (kgf/cm²g)	Pressão de Fornecimento (kgf/cm²g)	Pressão Máxima de Fornecimento (kgf/cm²g)
CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM E PRESSÃO					

<u>PONTO DE ENTREGA DA GASMIG</u>	<u>Vazão Máxima (mil m³/dia)</u>	<u>Vazão Mínima (mil m³/dia)</u>	<u>Pressão Mínima de Entrega (kgf/cm²g)</u>	<u>Pressão de Entrega (kgf/cm²g)</u>	<u>Pressão Máxima de Entrega (kgf/cm²g)</u>
<u>CONJUNTO DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO</u>					

9.2.2 Em nenhuma hipótese, a pressão à jusante do PONTO DE ENTREGA DA GASMIG poderá exceder a Pressão Máxima de ~~Fornecimento~~ Entrega.

9.2.3 A Vazão Instantânea Máxima, nas CONDIÇÕES ~~BASE~~ DE REFERÊNCIA, em qualquer momento, expressa em m³/h (METRO CÚBICO DE GÁS por hora), no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, será limitada a 100% da ~~QUANTIDADE~~ CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), dividida por 24 (vinte e quatro) horas.

9.2.4 A Vazão Instantânea Mínima, nas CONDIÇÕES ~~BASE~~ DE REFERÊNCIA, em qualquer momento, expressa em m³/h (METRO CÚBICO DE GÁS por hora), no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, será igual a 1/24 (um vinte e quatro avos) da correspondente Vazão Mínima do PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, respectivamente.

9.2.4.1 Excepcionalmente na hipótese da vazão instantânea ser inferior à Vazão Instantânea Mínima, estabelecida no item 9.2.4, as PARTES acordarão uma forma para medir o GÁS fornecido.

9.2.5 Na eventualidade da necessidade de alterações nas condições do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO previstas nesta Cláusula, oriundas comprovadamente de riscos

operacionais do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, as PARTES deverão imediatamente renegociar as condições.

9.2.5.1 As condições do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO somente poderão ser alteradas por meio de aditivo ao CONTRATO.

9.2.6 A GASMIG não será responsabilizada, em nenhuma hipótese, quando não houver disponibilidade de GÁS no PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA para atendimento à UNIDADE ATENDIDA.

9.3 Caso a GASMIG constata efetivo risco à segurança operacional do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, emitirá NOTIFICAÇÃO à CONTRATANTE informando tal fato e os seus impactos no SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, e a CONTRATANTE consequentemente estará obrigada a se adequar às condições da NOTIFICAÇÃO.

## CLÁUSULA 10 – PROGRAMAÇÃO E PARADAS PROGRAMADAS

10.1 A CONTRATANTE enviará à GASMIG todas as QUANTIDADES-CAPACIDADE DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) enviadas ao COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR, através do GASMIG ATENDE, até 30 (trinta) minutos após o envio da QUANTIDADES-CAPACIDADE DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ao COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou ao TRANSPORTADOR.

10.1.1 A CONTRATANTE, desde já, adere as condições estipuladas pela GASMIG para utilização do GASMIG ATENDE, constantes no endereço eletrônico: <https://servicos.gasmig.com.br>.

10.1.2 Caso a CONTRATANTE não envie a NOTIFICAÇÃO, conforme item 10.1, a GASMIG assumirá nenhuma responsabilidade, a que título seja, de não prestar o serviço de distribuição entrega do GÁS.

10.2 Além das informações disponibilizadas no item 10.1, a CONTRATANTE enviará mensalmente à GASMIG, utilizando o GASMIG ATENDE, com no mínimo 15 (quinze) DIAS de antecedência ao início de cada MÊS, NOTIFICAÇÃO contendo as QUANTIDADES-CAPACIDADE DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS-CDS) para o MÊS em referência e previsão de consumo mensal para os dois MESES subsequentes.

10.2.1 Para o primeiro MÊS, a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 10.2 será enviada com 15 (quinze) DIAS de antecedência ao INÍCIO DE FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO.

10.2.2 A NOTIFICAÇÃO explicitará as QUANTIDADES-CAPACIDADE DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), para cada DIA, levando em conta os seguintes requisitos de programação:

- (a) A ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS;
- (b) A ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (c) O limite da QUANTIDADE-CAPACIDADE-DIÁRIA CONTRATUAL (QDC);
- (d) Os mesmos valores informados ao COMERCIALIZADOR DE GÁS.

10.2.3 Caso a CONTRATANTE não envie a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 10.2 no prazo estabelecido no mesmo item, serão consideradas como QUANTIDADES-CAPACIDADE DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDPCDP) nos DIAS do MÊS de referência o valor da QUANTIDADE-CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDGCDC) vigente.

10.3 A GASMIG compromete-se a disponibilizar para a CONTRATANTE, no PONTO DE ENTREGA ~~DA-da~~ GASMIG, a cada DIA, uma quantidade de GÁS igual à ~~QUANTIDADE-CAPACIDADE~~ DIÁRIA CONTRATUAL (QDC), observada a CLÁUSULA 9 – CONDIÇÕES DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DO GÁS.

10.3.1 Excepcionalmente, a CONTRATANTE poderá solicitar, e a GASMIG poderá, a seu exclusivo critério de disponibilidade de SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO e a concordância do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR, aceitar que a ~~QUANTIDADE-CAPACIDADE~~ DIÁRIA SOLICITADA (QDS) de determinado DIA seja superior à ~~QUANTIDADE-CAPACIDADE~~ DIÁRIA CONTRATUAL (QDC). A eventual aceitação da GASMIG será específica e não importará em novação do Contrato.

10.4 A ~~QUANTIDADE-CAPACIDADE~~ DIÁRIA PROGRAMADA para um determinado DIA poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) pela CONTRATANTE, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à GASMIG até as ~~08~~12:00h (~~oito-doze~~ horas) do DIA anterior ao DIA do ~~fornecimento~~ SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, usando o GASMIG ATENDE, observadas as condições estabelecidas no item 10.2.2.

10.4.1 Até as 16:00h (dezesesseis horas) do DIA anterior ao DIA do ~~fornecimento~~ SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, a GASMIG, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à CONTRATANTE, usando o GASMIG ATENDE, deverá aceitar como ~~QUANTIDADES CAPACIDADES~~ DIÁRIAS PROGRAMADAS (~~QC~~DP) as ~~QUANTIDADES CAPACIDADES~~ DIÁRIAS SOLICITADAS (~~QC~~DS), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 10.2.2, inicialmente estabelecidas nos termos do item 10.2 ou alteradas conforme item 10.4.

10.4.2 Caso a GASMIG não se pronuncie no prazo estipulado no item 10.4.1, considerar-se-á como aceita e confirmada tal programação, desde que se enquadre nos termos do item 10.2.2, para fins de definição da ~~QUANTIDADE-CAPACIDADES~~ DIÁRIA PROGRAMADA (~~QC~~DP) do correspondente DIA.

10.4.3 Caso as ~~QUANTIDADES-CAPACIDADES~~ DIÁRIAS SOLICITADAS (~~QC~~DS) não se enquadrem nos termos do item 10.2.2 e só possam ser atendidas parcialmente, a GASMIG poderá informar as ~~QUANTIDADES-CAPACIDADES~~ DIÁRIAS PROGRAMADAS (~~QDPC~~DP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS até as 16:00h (dezesesseis horas) do DIA anterior ao DIA do ~~fornecimento-SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO~~ para aceite da CONTRATANTE até às 17:00h (dezesete horas) do mesmo DIA.

10.4.3.1 Será considerada como ~~QUANTIDADE-CAPACIDADES~~ DIÁRIA SOLICITADA (~~QDSC~~DS) a última solicitação da CONTRATANTE que tenha se enquadrado nos termos do item 10.2.2, nos seguintes casos: (i) a GASMIG ou a CONTRATANTE não se manifestem nos prazos estipulados no item 10.4; ou (ii) a CONTRATANTE recuse as ~~QUANTIDADES-CAPACIDADES~~ DIÁRIAS PROGRAMADAS (~~QDPC~~DP) pela GASMIG.

10.5 Havendo condições técnico-operacionais e acordo entre as PARTES, a ~~QUANTIDADE-CAPACIDADES~~ DIÁRIA PROGRAMADA (~~QDPC~~DP) poderá ser alterada para mais ou para menos, no decorrer do DIA, considerando-se a quantidade assim alterada como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA do referido DIA.

10.5.1 A solicitação de alteração da ~~QUANTIDADE-CAPACIDADES~~ DIÁRIA PROGRAMADA (~~QDPC~~DP) prevista no item 10.5 deverá ser realizada mediante NOTIFICAÇÃO até as ~~10~~12:00h (~~dez-doze~~ horas) do DIA, usando o GASMIG ATENDE, contendo a nova ~~QUANTIDADE-CAPACIDADES~~ DIÁRIA SOLICITADA (~~QDSC~~DS),

devendo a GASMIG aceitar ou recusar a solicitação da CONTRATANTE até as 17:00h (dezessete horas) do mesmo DIA. A falta de resposta da GASMIG será considerada como não alteração das QUANTIDADES-CAPACIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDPcDP).

10.5.2 Caso o TRANSPORTADOR e/ou o COMERCIALIZADOR DE GÁS não aceitem a solicitação de alteração da QUANTIDADE-CAPACIDADES DIÁRIA PROGRAMADA (QDPcDP) prevista no item 10.5, a GASMIG recusará automaticamente a nova QUANTIDADE-CAPACIDADES DIÁRIA SOLICITADA (QCDS), independente da resposta do item 10.5.1.

10.6 Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a disponibilização da QUANTIDADE-CAPACIDADES DIÁRIA PROGRAMADA (QDPcDP), por culpa da GASMIG, em determinado DIA, a GASMIG enviará até às 17:00h (dezessete horas) do DIA anterior, NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à CONTRATANTE.

## 10.7 PARADA PROGRAMADA

10.7.1 Para fins das PARADAS PROGRAMADAS, considerar-se-ão como:

- (a) equipamentos vinculados ao fornecimento de GÁS às Unidades de Produção, às Plantas de Processamento, às malhas de gasodutos de transporte e demais equipamentos como compressores, válvulas e outros que compreendam a instalação física das áreas de produção, processamento, transporte;
- (b) SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO; e
- (c) equipamentos vinculados ao sistema de recebimento de GÁS, a rede interna de distribuição, os sistemas de compressão, os sistemas de combustão e demais equipamentos como compressores, válvulas, queimadores e outros que compreendam a instalação física consumidora de GÁS da CONTRATANTE.

10.7.2 As PARTES têm direito a efetuar PARADAS PROGRAMADAS de acordo com as seguintes regras:

- (a) A PARTE que solicitar PARADA PROGRAMADA deverá enviar uma NOTIFICAÇÃO à outra PARTE com, no mínimo, 25 (vinte e cinco) DIAS de antecedência.
- (b) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR não poderá exceder (i) 3 (três) DIAS por ANO e (ii) 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, caso interrompa totalmente a entrega de GÁS;
- (c) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS do COMERCIALIZADOR DE GÁS e/ou TRANSPORTADOR não poderá exceder 30 (trinta) DIAS por ANO, sendo que o volume reduzido deve ser limitado a no máximo 20% (vinte por cento) da média anual das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS, ou a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, caso não exista média anual apurada, caso interrompa parcialmente a entrega de GÁS;
- (d) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS da GASMIG no SISTEMA DE MEDIÇÃO-DISTRIBUIÇÃO não poderá exceder 5 (cinco) DIAS a cada ANO, sob pena de caracterização de FALHA NO FORNECIMENTO-SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO pela GASMIG.
- (e) O número total de DIAS de PARADAS PROGRAMADAS da CONTRATANTE não poderá exceder 5140 (cinco mil e quarenta) DIAS a cada ANO, sob pena de caracterização de retirada a menor pela CONTRATANTE.

10.7.3 As PARTES envidarão esforços para coincidir suas respectivas PARADAS PROGRAMADAS, inclusive com as PARADAS PROGRAMADAS do

COMERCIALIZADOR DE GÁS e TRANSPORTADOR e minimizar o impacto das mesmas evitando os dias úteis e o horário entre 8:00h (oito horas) e 18:00h (dezoito horas).

10.7.4 O consumo de GÁS poderá ser superior a 0 m<sup>3</sup> (zero METRO CÚBICO DE GÁS) no DIA da PARADA PROGRAMADA, conforme condições estabelecidas nesta cláusula.

10.7.5 A data de início da PARADA PROGRAMADA da GASMIG poderá ser postergada, a exclusivo critério da GASMIG, desde que tal alteração seja solicitada mediante NOTIFICAÇÃO, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA notificada nos termos do item 10.7.2(a). Caso as condições previstas acima não sejam observadas, a data originalmente notificada prevalecerá para todos os fins do presente CONTRATO, exceto na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item 10.7.6.

10.7.6 Desde que justificada por razões técnicas, a realização de uma PARADA PROGRAMADA da GASMIG poderá, mediante NOTIFICAÇÃO da GASMIG, (i) ser cancelada a qualquer tempo ou (ii) ter sua data alterada com no mínimo 3 (três) e no máximo 10 (dez) DIAS de antecedência da data de início da PARADA PROGRAMADA.

10.7.7 Os prazos estabelecidos no item 10.7.2(a) poderão ser reduzidos mediante acordo entre as PARTES.

## CLÁUSULA 11 – PENALIDADES

11.1 Caso, em determinado DIA a CONTRATANTE retire uma quantidade de GÁS que supere em mais 5% (cinco por cento) a QUANTIDADE-CAPACIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para esse DIA, deverá pagar à GASMIG, além do faturamento normal, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{RMA} = 0,10 \times (QDR - 1,05 \times QDP) \times T_{USD}, \text{ onde:}$$

$P_{RMA}$	-	Significa o valor da penalidade diária por retirada a maior que a programada, caso positiva.
$QDR$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), apurada na forma do item 12.3.
$QDP$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP).
$T_{USD}$	-	Significa TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO vigente no DIA em que ocorrer a retirada maior que a programada, calculada para uma retirada de 100% (cem por cento) do volume programado para o DIA (QDP). Caso em determinado DIA a QDP for igual a 0 m <sup>3</sup> (zero METRO CÚBICO DE GÁS) e houver retirada de GÁS, a tarifa média do GÁS será calculada com base em uma retirada de 100% (cem por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

11.2 Caso, em determinado DIA a QUANTIDADE-CAPACIDADE DIÁRIA RETIRADA seja inferior a 95% (noventa por cento) da QUANTIDADE-CAPACIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QCDP) para esse DIA; a CONTRATANTE pagará à GASMIG, além do faturamento normal, penalidade por retirada a menor calculada pela seguinte fórmula:



$$P_{RME} = 0,10 \times (0,95 \times QDP - QDR) \times T_{USD}, \text{ onde:}$$

$P_{RME}$	-	Significa o valor da penalidade diária por retirada a menor que a programada, caso positiva.
$QDP$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP).
$QDR$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), apurada na forma do item 12.3.
$T_{USD}$	-	Significa TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO vigente no DIA em que ocorrer a retirada maior que a programada, calculada para uma retirada de 100% (cem por cento) do volume programado para o DIA (QDP).

11.3 Se em determinado DIA, seja disponibilizado GÁS no PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA e como consequência de FALHA NO FORNECIMENTO NO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO da GASMIG, a QUANTIDADE CAPACIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) for inferior à QUANTIDADE CAPACIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), a QUANTIDADE FALTANTE (QF) para fins do presente Contrato, será calculada pela seguinte fórmula:

$$QF = QDP - QDR, \text{ onde:}$$

$QF$	-	Significa a QUANTIDADE FALTANTE, caso positiva.
$QDP$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) no DIA.
$QDR$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA, apurada na forma do item 12.3.

$QF$	-	Significa a QUANTIDADE FALTANTE, caso positiva.
$CDP$	-	Significa a CAPACIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (CDP) no DIA.
$QDR$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA, apurada na forma do item <u>Erro! Fonte de referência não encontrada.12.3.</u>

11.3.1 No caso de FALHA NO FORNECIMENTO NO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, a GASMIG pagará à CONTRATANTE uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_{FF} = 0,10 \times QF \times T_{USD}, \text{ onde:}$$

$QF$	-	Significa a QUANTIDADE FALTANTE, caso positiva.
$QF$	-	Significa a QUANTIDADE FALTANTE, caso positiva, apurada conforme item 11.3.
$T_{USD}$	-	Significa TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO vigente no DIA em que ocorrer a retirada maior que a programada, calculada para uma retirada de 100% (cem por cento) do volume programado para o DIA (QDP).

$QF$	-	Significa a QUANTIDADE FALTANTE, caso positiva, apurada conforme item <u>Erro! Fonte de referência não encontrada.11.3.</u>
------	---	---



$T_{USD}$	=	Significa a TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO vigente no DIA em que ocorrer <u>FALHA NO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO</u> , calculada para uma capacidade de 100% (cem por cento) da capacidade de distribuição programada para o DIA (CDP).
-----------	---	---

11.3.2 Esta penalidade constitui a única penalização aplicável em caso de FALHA NO FORNECIMENTO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, não tendo a GASMIG qualquer responsabilidade adicional, a qualquer título.

11.4 Até a publicação pelo PODER CONCEDENTE de nova metodologia de cálculo das penalidades por erro de programação, tanto a maior, quanto a menor e de FALHA DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO FORNECIMENTO, os parâmetros definidos nas cláusulas 11.1, 11.2 e 11.3 estarão vigentes.

11.4.1 Após a publicação pelo PODER CONCEDENTE da nova metodologia de cálculo das penalidades por erro de programação, tanto a maior, quanto a menor e de FALHA DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO FORNECIMENTO, os parâmetros definidos pelo PODER CONCEDENTE serão aplicados ~~automaticamente~~ ao CONTRATO, ~~sem necessidade de mediante~~ Aditivo contratual, em substituição às cláusulas 11.1, 11.2 e 11.3, observado o item 11.4.2.

**Justificativa:** *Eventuais alterações nas penalidades poderão gerar desequilíbrios entre as partes no âmbito do presente Contrato, portanto entendemos ser necessário que as partes negociarem os ajustes necessários ao Contrato em decorrência de tais alterações, com a celebração do respectivo aditivo, bem como a possibilidade de rescisão contratual, caso as partes não cheguem a um consenso.*

11.4.2 A nova metodologia de cálculo das penalidades por erro de programação, tanto a maior, quanto a menor e de FALHA DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO FORNECIMENTO, definido pelo PODER CONCEDENTE, será aplicado a partir do MÊS subsequente à data de publicação pelo PODER CONCEDENTE, salvo caso definido de forma distinta pelo PODER CONCEDENTE.

## CLÁUSULA 12 – MEDIÇÃO DO GÁS

### 12.1 Disposições Gerais.

12.1.1 Salvo nos casos diferentemente dispostos no CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

12.1.2 As medições de volume, pressão, temperatura, do GÁS entregue na UNIDADE ATENDIDA, bem como a cromatografia necessária para determinação de sua composição serão efetuadas nos sistemas instalados no SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, conforme os termos deste CONTRATO.

12.1.3 A QUANTIDADE MEDIDA (QM) será expressa com ARREDONDAMENTO em zero casa decimal.

12.1.4 A unidade de medida de volume será o METRO CÚBICO DE GÁS nas CONDIÇÕES BASE.

12.1.5 As PARTES acordam que, para fins de cálculo da QUANTIDADE MEDIDA (QM), a pressão absoluta será medida no local ou a pressão atmosférica será baseada na

altitude das coordenadas geográficas do CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM DE PRESSÃO (CMRP).

## 12.2 Processo de medição.

12.2.1 A medição para efeito de faturamento ocorrerá duas vezes a cada MÊS, quando a GASMIG emitirá os respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA relativos ao SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO ~~fornecimento~~ de GÁS.

12.2.2 A medição do volume de GÁS entregue na UNIDADE ATENDIDA será efetuada pelo CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM E PRESSÃO (CMRP). A GASMIG será responsável pela operação, manutenção e CALIBRAÇÃO desse CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM E PRESSÃO (CMRP).

12.2.3 Para fins deste CONTRATO, aplicam-se os seguintes procedimentos, conforme o tipo de medidor instalado no CONJUNTO DE MEDIÇÃO, E REGULAGEM E PRESSÃO (CMRP):

(a) Medidor tipo placa de orifício: procedimentos descritos no documento API-MPMS 14.3.2 ("Manual of Petroleum Measurements Standards Chapter 14 - Natural Gas Fluids Measurement; - Section 3 - Concentric, Square-Edged Orifice Meters; Part 2 - Specification and Installation Requirements; documento AGA Report No 3, Part 2 and GPA 8185-00, Part 2"), ou documento que vier a substituí-los.

(b) Medidor tipo turbina: procedimentos descritos no documento "MEASUREMENT OF NATURAL GAS BY TURBINE METERS - Transmission Measurement Committee Report nº 7", publicado pela "AGA-American Gas Association", ou documento que vier a substituí-lo.

(c) Medidor tipo ultrassônico: procedimentos descritos no documento AGA Report nº 9 ("Measurement of Gas by Multipath Ultrasonic Meters"), ou documento que vier a substituí-lo.

(d) Medidor tipo rotativo: procedimentos descritos no documento "AGA ANSI B109.3 – Rotary Type Gas Displacement Meters", ou documento que vier a substituí-lo.

(e) Para os tipos de medidores indicados nas alíneas (a), (b), (c) e (d) deste item 12.2.3, o fator de supercompressibilidade deverá ser considerado conforme os procedimentos descritos no documento "COMPRESSIBILITY FACTORS AND SUPERCOMPRESSIBILITY FOR NATURAL GAS AND OTHER RELATED HYDROCARBON GASES - Transmission Measurement Committee Report Nº 8", publicado pela AGA - American Gas Association, ou documento que vier a substituí-lo. Quando determinações experimentais, devidamente comprovadas pelas PARTES indicarem desvio apreciável dos valores calculados, as PARTES estabelecerão, de comum acordo, um procedimento a ser seguido para determinação desse fator e a data a partir da qual será aplicado.

(f) Para os tipos de medidores indicados nas alíneas (a), (b), (c) e (d) deste item 12.2.3, a medição eletrônica diária de GÁS, se aplicável, deverá ser considerada conforme os procedimentos descritos no documento ABNT NBR 1478 – Medição eletrônica de gás – Computadores de vazão, ou documento que vier a substituí-lo.

12.2.4 As versões dos procedimentos descritos no item 12.2.3 deverão ser aquelas previstas no projeto do CONJUNTO DE MEDIÇÃO, E REGULAGEM DE PRESSÃO (CMRP).

12.3 Para a determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), a QUANTIDADE MEDIDA (QM) será multiplicada pela divisão do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio diário do GÁS no respectivo DIA, apurado pela GASMIG, pelo PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA ~~poder calorífico de referência~~ de 9.400

kcal/m<sup>3</sup> (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO DE GÁS) de acordo com a seguinte fórmula:

$$QDR = QM \times \frac{PCS_m}{9.400}; \text{ onde:}$$

$QDR$	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA, ARREDONDADO até o primeiro algarismo inteiro.
$QM$	-	Significa a QUANTIDADE MEDIDA.
$PCS_m$	-	Significa o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio do referido DIA, ARREDONDADO até o primeiro algarismo inteiro.

12.3.1 A apuração da QUANTIDADE MEDIDA (QM) será realizada nas CONDIÇÕES BASE onde se verificam o Q cumprimento pelas PARTES das obrigações previstas nas CONDIÇÕES DE ENTREGA se verificam nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

12.4 A GASMIG informará, a cada PERÍODO DE FATURAMENTO, em até 1 (um) DIA ÚTIL após o referido PERÍODO DE FATURAMENTO, através de boletins disponibilizados no GASMIG ATENDE, os valores de PCS e os dados de QUANTIDADE MEDIDA entregue à CONTRATANTE em cada PONTO DE ENTREGA em base diária

12.4.1 A CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS para questionar, fundamentadamente, os dados enviados conforme item 12.4, onde possíveis acertos poderão ser efetuados posteriormente.

12.4.2 Com relação aos dados enviados pela GASMIG, conforme item 12.4, referentes aos 3 (três) últimos DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO, a CONTRATANTE terá o prazo de 2 (dois) DIAS ÚTEIS para questionamentos.

12.4.3 Caso a GASMIG necessite dos dados de utilização de volumes entregues pela CONTRATANTE, devido a obrigações tributárias e/ou contratuais, a CONTRATANTE deverá enviar tais dados para a GASMIG usando o GASMIG ATENDE, até as 12:00h (doze horas) do 2º (segundo) DIA ÚTIL após o PERÍODO DE FATURAMENTO.

12.5 A partir do INÍCIO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, o período entre CALIBRAÇÕES dos equipamentos deverá ser estabelecido conforme legislações em vigor do INMETRO aplicáveis à distribuição aos SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO de GÁS.

12.6 No caso de necessidade de CALIBRAÇÃO do medidor de GÁS, a mesma será feita por órgão independente, a ser definido pela GASMIG, e que tenha comprovada capacitação para a execução do serviço.

12.7 A CONTRATANTE poderá solicitar à GASMIG verificações metrológicas do medidor de GÁS, mediante justificativa escrita. Se o medidor for considerado calibrado, será cobrado da CONTRATANTE o custo da verificação metrológica.

12.7.1 Nenhuma correção será aplicável nos casos em que a variação for de até 2% (dois por cento), para mais ou para menos, prevalecendo então as leituras do medidor de GÁS.

12.7.2 As correções maiores que 2% (dois por cento), para mais ou para menos, serão aplicadas sobre as quantidades efetivamente registradas pelo medidor oficial da GASMIG, na última metade do período de tempo entre as duas últimas verificações

metrológicas desse medidor ou nos últimos 45 (quarenta e cinco) DIAS, valendo o menor período de tempo.

12.8 Havendo, em qualquer DIA, impedimento ao acesso para leitura, falha no CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM DE PRESSÃO (CMRP), remoção de algum de seus componentes para manutenção, ou necessidade de sua interdição por quaisquer motivos pela GASMIG, que impeça a apuração segura da QUANTIDADE MEDIDA no CONJUNTO DE MEDIÇÃO, E REGULAGEM DE PRESSÃO (CMRP), sem interrupção no SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO ~~o fornecimento~~ de GÁS, para fins de faturamento, será calculado conforme uma das alternativas abaixo, apresentadas na sequência de prioridade: sendo que GASMIG escolherá aquela que melhor espelhar o real consumo no período de ocorrência da falha, justificando tal escolha à CONTRATANTE:

~~(a) pela média dos volumes consumidos nos mesmos DIAS das quatro semanas anteriores, não considerando períodos de consumo atípico devido a férias, manutenções, restrições de consumo;~~  
~~(b) pela média do consumo ocorrido nos 06 (seis) últimos PERÍODOS DE FATURAMENTO, descontados os períodos de consumo atípico devido a férias, manutenções, restrições de consumo;~~

(a) pela medição do TRANSPORTADOR (no caso de gasodutos dedicados);

(b) com base em medições apuradas no sistema de medição da UNIDADE ATENDIDA, se houver, desde que sejam atendidos os requisitos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.12.2.3** e a GASMIG, a seu exclusivo critério, valide tais medições;

~~(c) com base em medições apuradas no sistema de medição da UNIDADE ATENDIDA, se houver, desde que sejam atendidos os requisitos do item 12.2.3 e a GASMIG, a seu exclusivo critério, valide tais medições;~~

~~(d)~~ (c) com base em medições apuradas no sistema de medição da GASMIG localizadas a jusante do PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA, se houver, desde que sejam atendidos os requisitos do item 12.2.3, deduzidos os consumos destinados ao atendimento de outros consumidores;

(d) estimativa do consumo de gás pela geração da CONTRATANTE apurada pela CCEE, com base na eficiência de referência de xx m3/MWh (no caso de geração termelétrica);

(e) pela média dos volumes consumidos nos mesmos DIAS das quatro semanas anteriores, não considerando períodos de consumo atípico devido a férias, manutenções, restrições de consumo, desde que a CONTRATANTE expressamente esteja de acordo com essa apuração;

(f) ~~(b)~~ pela média do consumo ocorrido nos 06 (seis) últimos PERÍODOS DE FATURAMENTO, descontados os períodos de consumo atípico devido a férias, manutenções, restrições de consumo, desde que a CONTRATANTE expressamente esteja de acordo com essa apuração;

(eg) acordo entre as PARTES.

12.9 Para os casos de retirada do medidor para CALIBRAÇÃO e/ou outras situações que requeiram a abertura do seu "by-pass", o volume de GÁS não medido será calculado, para efeito de inclusão no faturamento, com base nas vazões de GÁS

observadas imediatamente antes e/ou depois da abertura do "by-pass" e levando-se em conta o tempo total em que o "by-pass" ficou aberto, tempo este que não poderá ser superior a 8 horas, após o que prevalecerá o item 12.8 desta cláusula.

## CLÁUSULA 13 – QUALIDADE E TITULARIDADE DO GÁS

13.1 O GÁS a ser entregue pelo [COMERCIALIZADOR DE GÁS CONTRATANTE, ou por quem este indicar](#), à GASMIG, no PONTO DE [RECEPÇÃO SAÍDA](#) e pela GASMIG à CONTRATANTE, no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, deverão apresentar características de qualidade que atendam, no mínimo, às especificações da Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou às que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

13.1.1 A determinação da qualidade do GÁS será efetuada pelo TRANSPORTADOR e pela GASMIG [em seu Ponto de Entrega](#), através de instrumentos adequados para esta finalidade.

**Justificativa:** Deixar expressa a obrigação de a GASMIG realizar a análise do gás no Ponto de Entrega.

13.2 A metodologia para determinação da qualidade do GÁS deverá estar em conformidade com a Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

13.2.1 A determinação das propriedades do GÁS, nas CONDIÇÕES BASE, será efetuada por cálculo, a partir da composição determinada por cromatografia gasosa no sistema de medição, com base na norma ISO 6976:2016 ou ABNT NBR 15213:2008, ou a (s) que venha (m) a substituí-la (s) em razão de disposição normativa superveniente.

13.3 Caso seja identificado [que](#) o GÁS [está](#) fora de especificação, conforme Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, no PONTO DE [RECEPÇÃO SAÍDA](#), tais desconformidades, se constatadas no PONTO DE ENTREGA DA GASMIG, a GASMIG não poderá ser responsabilizada.

13.4 Caso seja identificado o GÁS em conformidade com a Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, no PONTO DE [RECEPÇÃO SAÍDA](#), e for constatado desconformidades no PONTO DE ENTREGA [DA DA](#) GASMIG, a GASMIG será responsabilizada e pagará penalidade por gás fora de especificação.

### 13.5 TITULARIDADE DO GÁS

13.5.1 A CONTRATANTE deverá ter e garantir, em seu próprio nome, o título legítimo e o direito de entrega do GÁS na ocasião de sua disponibilização no PONTO DE [RECEPÇÃO SAÍDA](#).

13.5.1.1 A CONTRATANTE deverá indenizar a GASMIG, na forma da lei, e mantê-la a salvo de quaisquer processos, ações, débitos, contas, danos, custos, perdas, ~~penalidades~~ e despesas resultantes ou surgidos de reivindicações adversas de toda e qualquer entidade em relação à titularidade do GÁS.

**Justificativa:** Alteração realizada considerando o disposto no artigo 13, parágrafo único da Resolução SEDE nº 17/2013



13.5.2 Os tributos, taxas ou encargos relativos ~~a entrega do~~ GÁS são de responsabilidade da CONTRATANTE.

**Justificativa:** Alteração realizada para adequar a presente redação ao disposto no artigo 14 da Resolução SEDE nº 17/2013

13.5.2.1 A CONTRATANTE deverá indenizar a GASMIG e mantê-la a salvo de todos os tributos, taxas de licença, ou quaisquer outros encargos que possam ser cobrados quando da entrega do GÁS, e que por força de lei sejam devidos pela PARTE encarregada dessa entrega e constituam uma obrigação da mesma.

13.5.3 No caso de questionamento judicial ou arbitral, mediante reivindicação formal ou qualquer disputa sobre a titularidade desse GÁS, a GASMIG, desde que haja determinação judicial ou arbitral para tanto, poderá suspender o SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO prestado à CONTRATANTE nos termos deste CONTRATO, desde que notificado com antecedência mínima de 15 (quinze) DIAS.

**Justificativa:** A Resolução SEDE nº 17/2013 prevê que “No caso de questionamento mediante reivindicação formal ou qualquer disputa sobre a titularidade desse gás, a concessionária poderá suspender o serviço de distribuição prestado ao consumidor livre, ao autoimportador ou ao autoprodutor nos termos do contrato de serviço de distribuição, desde que notificado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias” (art. 15). Assim, não obstante a norma não mencione a existência de questionamento judicial ou arbitral (tratando genericamente apenas de questionamentos), entendemos que a vinculação de tal questionamento à existência de uma determinação judicial ou arbitral poderá trazer maior segurança jurídica para as partes.

13.5.4 A titularidade do GÁS recebido no PONTO DE RECEPÇÃO SAÍDA não será transferida para a GASMIG, exceto o GÁS relativo às perdas do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO dentro dos limites especificados na Resolução SEDE nº 17/2013 ou norma que vier a substituí-la.

## CLÁUSULA 14 – FATURAMENTO

14.1 Pelo SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, em um dado PERÍODO DE FATURAMENTO, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$FAT = \sum_{j=1}^N QDR \times T_{USD}$ ; onde:		
FAT	-	Significa o valor do faturamento, a ser pago pela CONTRATANTE na forma prevista neste CONTRATO.
QM	-	Significa a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA no CONJUNTO DE MEDIÇÃO, REGULAGEM DE PRESSÃO (CMRP), a cada DIA.
N	-	Significa o número de DIAS do PERÍODO DE FATURAMENTO.
j	-	Significa o j-ésimo DIA do PERÍODO DE FATURAMENTO.
T <sub>USD</sub>	-	Significa a TARIFA DE USO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, em R\$/m³, vigente no MÊS.

14.1.1 Para cada PERÍODO DE FATURAMENTO, será emitido DOCUMENTO DE COBRANÇA, acrescido dos tributos aplicáveis, referente ao faturamento regular do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO.

14.1.2 Juntamente com a cobrança do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO definido no item 14.1, a GASMIG também emitirá DOCUMENTO DE COBRANÇA sobre as penalidades



definidas nos itens 11.1, 11.2 e 11.3 e saldo da Parcela Compensatória conforme item 7.3, acrescido os tributos aplicáveis.

#### 14.2 Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

14.2.1 A GASMIG apresentará à CONTRATANTE, através de envio eletrônico, o DOCUMENTO DE COBRANÇA com o valor faturado no período, conforme item 14.1, acrescida dos tributos aplicáveis referente ao SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO e os demais DOCUMENTOS DE COBRANÇA devidos sobre o presente CONTRATO e referentes ao PERÍODO DE FATURAMENTO.

14.2.2 A CONTRATANTE deverá pagar os DOCUMENTOS DE COBRANÇA referidos no item anterior até o ~~5º~~ 15º (~~quinto~~ décimo quinto) DIA após o DIA de sua apresentação.

14.2.3 Para efeito do disposto nos itens 14.2.1 e 14.2.2 acima, a GASMIG encaminhará à CONTRATANTE, a cada faturamento, e-mail que conterá os seguintes documentos eletrônicos:

- (a) arquivo em formato XML – Nota Fiscal Eletrônica – nos termos do Protocolo 10/2007;
- (b) DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – nos termos do Protocolo 10/2007;
- (c) Demonstrativo do uso do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO – informativo de consumo e informações complementares previstas no presente CONTRATO;
- (d) Boleto bancário.

14.2.4 A nota fiscal eletrônica é um documento de natureza digital, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura do emissor e pela validação eletrônica efetuada pela Fazenda Pública. Por esta razão, os arquivos relativos ao documento fiscal eletrônico serão remetidos à CONTRATANTE por meio eletrônico, a cada faturamento efetuado pela GASMIG, nos termos e condições estabelecidas no Ajuste SINIEF 07/2.005 e nos Protocolos 10/2.007 e 42/2.009.

14.2.5 A data de início para contagem do prazo de pagamento estabelecido no item 14.2.2 é a data de envio do e-mail que contém os DOCUMENTOS DE COBRANÇA relacionados neste item 14.2.3.

14.2.6 A CONTRATANTE obriga-se a manter seus dados cadastrais atualizados junto ao banco de dados da GASMIG, em especial o endereço eletrônico (e-mail) para recebimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

#### 14.3 Estrutura dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

14.3.1 A GASMIG definirá as informações que constarão nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

14.3.1.1 Serão incluídos nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA todo e qualquer tributo (impostos, taxas, empréstimos compulsórios e contribuições sociais ou de melhoria) e encargos que eventualmente sejam exigidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução.

#### 14.4 ENCARGOS MORATÓRIOS.

14.4.1 No caso dos pagamentos efetuados com atraso, o valor devido estará sujeito à atualização monetária, quando legalmente possível, com base na variação do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado, da Fundação Getúlio Vargas - FGV), e juros de

mora de 1% (um por cento) ao mês, tudo "pro rata tempore" e considerando o período entre a data de pagamento e a do vencimento. Incidirá, cumulativamente, multa de 0,330,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) por DIA de atraso sobre o valor corrigido, limitada esta a 2% sobre o montante principal atualizado. Caso o IGPM seja extinto, as PARTES acordarão um novo índice para atender ao mesmo fim.

14.4.1.1 Caso a variação do IGPM seja negativa no período, o índice de reajuste a ser utilizado (fator multiplicador) será igual a 1 (um).

14.4.2 O atraso no pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA dará à GASMIG o direito de suspender a prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO e fornecimento à CONTRATANTE, imediatamente após o transcurso de 24 (vinte e quatro) horas de sua NOTIFICAÇÃO, sem prejuízo do disposto no item 14.4.1 desta cláusula e das penalidades e obrigações previstas neste CONTRATO.

14.5 Cobranças Objeto de Controvérsia.

14.5.1 Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, a PARTE ("Parte Reclamante") que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE ("Parte Reclamante"), informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, e efetuar pontualmente o pagamento da importância não controversa, além de depositar em conta de custódia o valor controverso, e se for o caso, informando a parcela sujeita à restituição potencial. Se a Parte Reclamada concordar com a Parte Reclamante, aquela enviará NOTIFICAÇÃO a esta, comunicando sua concordância. Se a Parte Reclamada não concordar com a Parte Reclamante, aquela enviará NOTIFICAÇÃO a esta, comunicando o seu desacordo, devendo a controvérsia ser dirimida conforme o disposto na Cláusula 22. Caso a questão seja resolvida em favor da Parte Reclamada, a Parte Reclamante deverá pagar à Parte Reclamada a importância devida, acrescida dos encargos previstos no item 14.4.1, calculados desde a data do vencimento do Documento de Cobrança em questão até a data de sua quitação da importância total cobrada, informando a parcela sujeita à restituição potencial.

14.5.2 Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância em até 3 (três) DIAS ÚTEIS contados da data de vencimento a que se refere o item 14.2.2, e restituirá a esta, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS, acrescidos dos encargos moratórios, excluída a multa, a importância que havia sido objeto de controvérsia.

14.5.3 Se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao Poder Judiciário.

14.5.4 Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, aplicando-se, no que couber, o disposto nos itens 14.5.2 e 14.5.3.

14.5.5 Após o prazo a que se refere o item 14.5.1, a qualquer tempo em que uma PARTE renunciar ou alterar seu entendimento sobre a controvérsia, poderá, conforme o caso,

restituir à PARTE reclamante a importância paga sujeita à restituição potencial, acrescida dos encargos moratórios a que se refere o item 14.4.1 inclusive a multa, ou liberar do status de “sujeita à restituição potencial”..14.5.2 Assim que for sanada a controvérsia, caso seja necessário, haverá devolução do valor cobrado a maior.

## **CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

15.1 Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do artigo 393 e seu Parágrafo Único, do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA pelo evento;
- (b) que a PARTE AFETADA pelo evento, seus contratados, subcontratados, fornecedores, prepostos, representantes, AFILIADAS ou usuários não concorram direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) que a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) que sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

15.2 Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:

- (a) ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico;
- (b) cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações e explosões; e
- ~~(c) qualquer evento que afete o cumprimento das obrigações de qualquer contrato celebrado pela GASMIG CONTRATANTE com terceiros referente ao transporte e/ou à compra e venda de GÁS NATURAL, necessário à movimentação e/ou ao fornecimento de GÁS que será objeto da prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO disciplinado no presente CONTRATO, e que seja comprovadamente caracterizado como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, conforme definido nesta CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.~~

**Justificativa:** Sugerida a exclusão do item “c” pois a GASMIG não será responsável pelo fornecimento ou contratação do transporte para atendimento ao Contratante, uma vez que a depender do modelo de negócio tal serviço será de responsabilidade do Comercializador ou do próprio Contratante se este for um agente autorizado pela ANP a exercer a atividade de carregamento de gás.

15.3 Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

- (a) greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA;

(b) alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado do GÁS; e

(c) qualquer prejuízo accidental, quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus contratados, subcontratados, fornecedores e TRANSPORTADOR ou usuários, exceto se a PARTE AFETADA comprovadamente tenha tomado todas as medidas possíveis para evitar tal prejuízo accidental e decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

(d) atraso no desempenho das obrigações assumidas por contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se comprovado que o atraso por parte dos contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.4 Nenhuma das PARTES poderá ser responsabilizada pela falta de cumprimento de suas obrigações quando motivada por CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, conforme disposto no artigo 393 e seu Parágrafo Único, do Código Civil Brasileiro. Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.5 Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

(a) informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, tão logo quanto possível, apresentando as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento;

(b) adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível;

(c) manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação;

(d) prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências;

(e) complementar posteriormente a informação de que trata a alínea (a) deste item 15.5 com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.

15.6 Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.5(a) seja enviada em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

15.6.1 Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 15.6, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data de envio da NOTIFICAÇÃO.

15.7 Com relação ao item 15.5 (b), a PARTE AFETADA não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria, e semelhante à prática adotada em situações similares.

15.8 Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no CONTRATO.

## **CLÁUSULA 16 – DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO**

16.1 Em caso de atraso superior a 60 (sessenta) DIAS no pagamento de quaisquer DOCUMENTOS DE COBRANÇA, sem que tenha sido adotado o disposto no item 14.5 (Cobranças Objeto de Controvérsia), a GASMIG poderá efetuar a suspensão do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, o qual se dará a partir de 5 (cinco) DIAS 24 (vinte e quatro) horas após a NOTIFICAÇÃO de corte. O restabelecimento do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO está condicionado ao pagamento total do (s) DOCUMENTO (S) DE COBRANÇA vencido (s).

16.1.1 O restabelecimento do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO ~~forneimento~~ somente ocorrerá após a quitação da dívida pela CONTRATANTE. A cobrança de multa, juros de mora e atualização monetária incidirão sobre o montante devido, bem como os custos de religação.

16.2 A GASMIG poderá suspender o SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO ~~forneimento~~, mediante prévia NOTIFICAÇÃO, quando verificar a ocorrência de qualquer das seguintes situações:

- (a) irregularidade fiscal por parte da CONTRATANTE, que impeça a GASMIG de emitir o DOCUMENTO DE COBRANÇA; ou
- (b) sucessivos impedimentos de acesso à leitura e inspeções necessárias.

16.3 A GASMIG poderá suspender o SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, de imediato, independente de prévia NOTIFICAÇÃO, quando verificar a ocorrência de qualquer das seguintes situações: [

- (a) no caso de violação ou rompimento dos lacres do CMRP, adulteração do medidor, furto de GÁS, ligações em paralelo ao medidor, além de outras irregularidades;
- (b) nos casos de ligação clandestina ou religação sem autorização da GASMIG;
- (c) nos casos de deficiência técnica das instalações internas e adequações de ambientes da CONTRATANTE, que ofereçam risco potencial de dano a pessoas ou bens;
- (d) por CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR, observado o disposto na Cláusula 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (e) em qualquer caso, em que se verificar potencial perigo de dano à integridade física de pessoas ou bens, desde que devidamente justificado pela GASMIG;
- (f) no caso de consumo acima da vazão horária máxima, definida no item 9.2.3 e que cause riscos aos SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, ou ao fornecimento de GÁS a outros clientes da GASMIG.

16.4 Sem prejuízo ao disposto no item 10.7 – PARADA PROGRAMADA e à aplicação de penalidade, conforme previsto no item 11.3, o SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO poderá ser suspenso toda vez que a GASMIG verificar a necessidade técnica de manutenção,



ampliação e modificação de obras e instalações da rede de distribuição de GÁS, devendo a mesma, mediante NOTIFICAÇÃO, aviso — prévio, comunicar ao CONTRATANTE, conforme estabelecido no item 10.7.2 (a) com antecedência mínima de 48 horas.

16.5 Nos casos de ~~interrupção emergencial~~, CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ~~interrupções ocasionadas por terceiros~~ e necessidade de interrupção do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO para atender à exigência de autoridades públicas, incluindo as hipóteses legais de contingenciamento de GÁS, a GASMIG, sempre que possível, comunicará à CONTRATANTE, e não incorrerá em qualquer responsabilização.

## **CLÁUSULA 17 – DAS CAUSAS DE RESCISÃO**

### ~~17.1 São causas de rescisão deste CONTRATO:~~

- ~~(a) o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições;~~
- ~~(b) a falência, recuperação judicial, dissolução judicial ou extrajudicial de qualquer PARTE;~~
- ~~(c) o mútuo acordo das PARTES;~~
- ~~(d) a demora ou recusa na concessão de qualquer Ato Governamental que afete o cumprimento das obrigações de cada PARTE, em prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses;~~
- ~~(e) a impossibilidade de consumo do GÁS ou de prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) meses;~~
- ~~(f) a impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal;~~
- ~~ou~~
- ~~(g) a extinção da concessão da GASMIG.~~

### 17.1 A ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá evento de inadimplemento de qualquer das PARTES:

- (a) declaração de insolvência ou falência de qualquer das PARTES ou caso qualquer delas efetue pedido de autofalência entre em liquidação judicial ou extrajudicial ou sofra intervenção de qualquer autoridade governamental competente, desde que tal intervenção tenha relação direta com o objeto do CONTRATO e comprovadamente inviabilize a sua continuidade;
- (b) perda, por culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO;
- (c) violação dos itens relativos às obrigações de sigilo, vedação ao nepotismo e conduta das partes constantes do presente CONTRATO;
- (d) o não pagamento por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE ou, quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 14.5;
- (e) o descumprimento pelas PARTES das obrigações estabelecidas no CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento;
- (f) cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a CLÁUSULA 24 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES;
- (g) o não cumprimento pelas PARTES do objeto do CONTRATO;

17.2 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES entre os listados nos itens 17.1(a), (b) ou (c), a PARTE adimplente poderá resolver o CONTRATO após a caracterização do evento de inadimplemento, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente com 10 (dez) DIAS de antecedência.

17.3 Caracterizado um evento de inadimplemento de qualquer das PARTES entre os listados nos itens 17.1 (d), (e), (f) ou (g), a PARTE adimplente poderá enviar NOTIFICAÇÃO a outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 20 (vinte) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO, desde que o referido evento de inadimplemento seja sanável.

17.3.1 A PARTE adimplente poderá resolver o CONTRATO desde que tenha transcorrido o prazo de 20 (vinte) DIAS estabelecido no item 17.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado. A resolução do CONTRATO se dará mediante envio, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência, de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente.

17.3.2 Uma vez sanado qualquer evento de inadimplemento NOTIFICADO conforme item 17.3, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

17.4 Na hipótese de resolução do CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única aplicável em tal caso, independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos, o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) negociado entre as PARTES e estabelecido em R\$ XXX (deixar o valor aberto para negociação em função do porte do Cliente e dos investimentos eventualmente realizados pela concessionária).

17.4.1 Acordam as PARTES que o valor estipulado no item 17.4 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

17.4.2 Na hipótese de rescisão imotivada do CONTRATO, a PARTE que efetuar a resolução se sujeitará ao pagamento do VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) à outra PARTE.

17.5 A PARTE adimplente emitirá um DOCUMENTO DE COBRANÇA à PARTE inadimplente com o valor, acrescido dos tributos, correspondente ao VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR), detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) dias após a data de sua emissão.

17.6 O CONTRATO poderá ser resolvido por qualquer das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE, nas seguintes ocorrências:  
(a) por mútuo acordo das PARTES;  
(b) pela demora ou recusa na concessão de qualquer ato governamental, em prazo superior a 12 (doze) MESES, que afete diretamente o cumprimento das obrigações de cada PARTE;

(c) pela impossibilidade de recebimento e/ou de entrega de GÁS em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) MESES;

(d) pela impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal;

(e) pela extinção da concessão sem culpa da GASMIG.

17.7 A resolução do CONTRATO, nos termos previstos nesta cláusula e, conforme o caso, mediante o pagamento da quantia prevista no item 17.4, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste CONTRATO sobre, incidências tributárias, solução de controvérsias, conduta das Partes e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução.

17.8 O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no CONTRATO nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas”.

**Justificativa:** Verificamos que a cláusula 17 da forma como inicialmente proposta abordava de maneira muito simplificada as hipóteses de rescisão do Contrato. No entanto, considerando eventuais hipóteses envolvendo o inadimplemento e rescisão deste instrumento, sugerimos que a SEDE-MG avalie a utilização das disposições acima sugeridas.

## **CLÁUSULA 18 – NOVAÇÃO**

18.1 As estipulações previstas neste CONTRATO não constituem novação de ajustes, acordos ou contratos de mesma natureza já existentes entre as PARTES, que permanecem inalterados.

18.2 Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

18.2-3 Os eventos abaixo especificados não serão considerados como precedentes capazes de novar, tácita ou expressamente, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) adotada no CONTRATO, permanecendo inalterados os direitos e obrigações estabelecidos no CONTRATO:

(a) a prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO em base contínua ou alternada, pela GASMIG à CONTRATANTE, de qualquer quantidade de GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE-CAPACIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC); ou

(b) a retirada em base contínua ou alternada, pela CONTRATANTE, de qualquer quantidade de GÁS abaixo ou acima da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC).

## **CLÁUSULA 19 – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES**

19.1 Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO, as PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, únicos locais onde serão válidas todas as

NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, com comprovante de entrega, a se efetuarem com relação ao CONTRATO:

(i) Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG  
Avenida Barbacena, 1.200 – 7º andar – Santo Agostinho  
CEP 30190-131 – Belo Horizonte – MG.

A/C: Diretoria Comercial

Av. Dr. José Américo Cançado Bahia, 1009 – Cidade Industrial

CEP 32210-130 – Contagem - MG

A/C: Gerência de Operação e Manutenção

(ii)

Rua , nº –

CEP – – MG

A/C:

19.2 Serão válidas como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra, mediante transmissão de comunicação eletrônica, sítio na internet ou aplicativo, em qualquer caso, com confirmação de recebimento pelos mesmos meios, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES e de forma não automática, conforme a seguir:

(i) Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG

Av. Dr. José Américo Cançado Bahia, 1009 – Cidade Industrial

CEP 30640-130 – Contagem - MG

Fone: (31) 3328 1292 / (31) 99951 2330

Plantão Emergencial: 117

Fax: (31) 3328 1234

E-mail: [nominacao@gasmig.com.br](mailto:nominacao@gasmig.com.br)

GASMIG ATENDE: <https://servicos.gasmig.com.br/>

Aplicativo: GASMIG ATENDE

(ii)

Rua , nº –

CEP – –

Fone: ( )

Fax: ( )

19.3 Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra.

19.4 Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

## CLÁUSULA 20 – DO VALOR CONTRATUAL

20.1 ~~20.1~~

É atribuído ao presente CONTRATO o valor referencial de R\$ ( ). Dada a natureza do CONTRATO, o valor indicado é estimado, não estando inclusos os reajustes e revisões previstos, bem como os tributos não embutidos na Tarifa.

~~Para efeitos legais este CONTRATO tem, na data da sua assinatura, o valor estimado de R\$ ( )-.~~

## CLÁUSULA 21 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

21.1 As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração do CONTRATO ~~e, pelas~~ suas eventuais prorrogações, e adicionalmente por 10 (dez) anos após o término do mesmo, a manter sob sigilo os instrumentos contratuais, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do CONTRATO, que lhe forem transmitidas pela outra PARTE, ou obtidas em razão destes.

21.1.1 As PARTES, para fins de sigilo, se responsabilizam de forma irrenunciável e irretratável pelas informações de quaisquer aspectos do CONTRATO divulgadas por si, seus sucessores, administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos, a qualquer título, e comitentes.

21.2 O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará: ~~em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos.~~

(i) na rescisão contratual, se vigente o CONTRATO;

(ii) em qualquer hipótese, na responsabilidade por perdas e danos, não se aplicando, nesse caso, eventual limite de valor, se previsto;

(iii) adoção de medidas judiciais cabíveis por força da Lei nº 9.279/96 e legislação aplicável; e

(iv) aplicação de multa compensatória no montante de 10 % (dez por cento) do valor contratual, independentemente da indenização que trata a alínea "ii", deste item **Erro!** Fonte de referência não encontrada.21.2, se vigente o CONTRATO.

**Justificativa:** Sugerimos esta redação para disciplinar de forma mais detalhada as possíveis consequências do inadimplemento da obrigação de sigilo pelas partes.

21.3 Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

(a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal;

(b) ter havido prévia e expressa anuência da outra PARTE, mediante autorização da PARTE anuente, responsável pelo CONTRATO, quanto à liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade;

(c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do CONTRATO;

(d) determinação judicial, legal e/ou ~~solicitação do PODER CONCEDENTE~~ administrativa para conhecimento das informações, e desde que requerido segredo no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação ~~dar ciência~~ NOTIFICAR imediatamente à outra PARTE ~~e, se possível, previamente à liberação da informação.~~

21.4 São consideradas sigilosas e confidenciais todas as informações fornecidas, independentemente de expressa menção quanto ao sigilo e confidencialidade das mesmas.



## CLÁUSULA 22 – LEI APLICÁVEL E SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

22.1. Este CONTRATO será regido e interpretado, e todas as controvérsias dele emergentes ou com ele relacionadas serão resolvidas de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, incluindo o Código Civil Brasileiro, bem como as demais espécies normativas regulamentadoras do insumo GÁS NATURAL, e suas modificações posteriores, devendo ser aplicadas imediata e automaticamente ao presente negócio jurídico, independentemente da comunicação entre as PARTES.

22.2 As PARTES envidarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer disputa decorrente ou relacionada com o presente CONTRATO, inclusive quanto à sua interpretação ou execução (“Disputa”). A negociação terá duração máxima de 20 (vinte) DIAS ÚTEIS contados a partir da NOTIFICAÇÃO de qualquer das PARTES acerca da ocorrência da Disputa. Sem prejuízo disso, qualquer das PARTES poderá encerrar a negociação a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO para a outra PARTE.

22.3 - Caso a disputa não seja solucionada amigavelmente, na forma do item 22.2, esta, por iniciativa de qualquer das PARTES, deverá ser exclusiva e definitivamente resolvida por Peritagem ou Arbitragem, esta por 3 (três) árbitros e de acordo com o Regulamento de Arbitragem do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) (“Câmara de Arbitragem”), em vigor à época da apresentação do requerimento pela PARTE interessada e com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada, que deverá reger esta Cláusula de Arbitragem.

22.4 - O tribunal arbitral terá sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, local onde a sentença arbitral será proferida.

22.5 - A disputa será solucionada de acordo com a LEI brasileira. A Arbitragem será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade.

22.6 - O idioma da Arbitragem será o Português.

22.7 - As PARTES poderão, antes da constituição do Tribunal Arbitral e, em circunstâncias excepcionais, mesmo posteriormente, requerer a qualquer autoridade judicial competente a concessão de tutelas de urgência (cautelares ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito) e das medidas judiciais previstas ou compatíveis com o Regulamento de Arbitragem ou com a Lei n.º 9.307/96.

22.8 - As ações judiciais conforme item 22.10 ou aquelas destinadas à execução de medidas cautelares de proteção de direitos concedidas pelo Tribunal Arbitral não serão consideradas como atos de renúncia à Arbitragem.

22.9- Quaisquer requerimentos formulados à autoridade judicial ou tutelas por ela concedidas ou denegadas, deverão ser informados sem demora ao Tribunal Arbitral. O Tribunal Arbitral poderá, a qualquer tempo, reapreciar a tutela concedida judicialmente, mantendo, alterando ou revogando-a, ou ainda, se denegada, concedendo-a.

22.10. A existência e conteúdo do procedimento arbitral e de qualquer ordem ou sentença arbitral serão mantidos em sigilo pelas PARTES, exceto nas hipóteses permitidas pela cláusula 22.11.3.1 e no Regulamento de Arbitragem da ICC.

22.11. Sem prejuízo da Arbitragem prevista nesta cláusula, as PARTES poderão optar por submeter determinadas controvérsias resultantes do CONTRATO a Peritagem, hipótese em que serão aplicados os dispositivos enumerados a seguir.

22.11.1 - Nomeação do Perito.

(a) A PARTE que desejar submeter a controvérsia a um Perito deverá comunicar tal intenção à outra PARTE, mediante NOTIFICAÇÃO, relatando os motivos da controvérsia.

(b) de comum acordo, as PARTES deverão, no prazo de 21 (vinte e um) DIAS da entrega da NOTIFICAÇÃO a que se refere o subitem precedente, designar o Perito responsável pelo exame da matéria controvertida.

(c) Se dentro do prazo definido no item 22.11.1 (b) as PARTES não chegarem a um consenso sobre o Perito a ser designado, então a controvérsia deverá ser resolvida por Arbitragem.

(d) Os termos do instrumento de nomeação do Perito, inclusive honorários, serão acordados entre este e as PARTES.

(e) Na superveniência ou revelação de fato que possa colocar sob suspeita a isenção ou a qualificação de um Perito em relação à controvérsia, ou porque alguma PARTE considere que existe risco material em algum conflito de interesses que possa influir na decisão do Perito, então qualquer PARTE poderá - no prazo de 7 (sete) DIAS contados da data em que tome ciência desse fato, de sua revelação ou omissão - requerer a substituição do Perito.

22.11.2 - Qualificações do Perito.

(a) Deverá ser qualificado por formação técnica, experiência e treinamento para opinar sobre a controvérsia.

(b) Não poderá ter conflito de interesses, antes ou depois de aceitar sua nomeação. Havendo conflito, o Perito nomeado, se desejar atuar na solução da controvérsia, deverá desvincular-se dos interesses ou compromissos (anteriores ou posteriores), após o que, as PARTES decidirão se confirmam ou não a nomeação feita.

(c) Não poderá, se pessoa física, no momento de sua nomeação ou durante sua atuação como Perito de tal controvérsia, ocupar cargo de diretor, chefe de escritório, empregado, prestador de serviço, ainda que por pessoa interposta ou consultor de uma das PARTES ou de alguma afiliada das mesmas, nem poderá ter ocupado qualquer desses cargos nos 12 (doze) Meses anteriores a sua nomeação como Perito.

22.11.3 - Confidencialidade.

Todas as informações, dados ou documentos enviados ao Perito por qualquer PARTE devem ser consideradas como confidenciais, não podendo ser reveladas pelo Perito a pessoa alguma, à exceção de seus empregados ou consultores profissionais, ficando, de qualquer forma, condicionada a revelação ao disposto no subitem 22.11.3.1.

22.11.3.1 - Os empregados ou consultores profissionais do Perito deverão, antes do recebimento das informações, dados ou documentos a que se refere o item 22.11.3, assumir obrigações específicas com o Perito no sentido de mantê-los sob estrita confidencialidade.

Todavia, perante as PARTES, o Perito será o responsável pela confidencialidade das informações.

22.11.3.2 - Obrigações e prerrogativas do Perito.

As obrigações do Perito deverão estar dispostas no instrumento de sua nomeação, dentre as quais, necessariamente, as seguintes:

(a) apurar com imparcialidade a controvérsia, baseando-se tão-somente nas legislações pertinentes, nos fatos e dados apresentados pelas PARTES.

(b) decidir a controvérsia no prazo determinado pelas PARTES.

(c) manter e diligenciar pela confidencialidade a que se refere o item 22.11.3.

(d) Notificar previamente à outra PARTE, qualquer reunião que tencione realizar com uma PARTE, facultando àquela outra a participação no referido encontro.

(e) devolver, à PARTE que lhes tiver remetido, todos os documentos (e respectivas cópias) encaminhados para a execução de seu trabalho, tão logo o tenha concluído.

22.11.4 - O Perito deverá ignorar todas as informações a ele remetidas após o prazo de 30 (trinta) DIAS de sua nomeação, salvo as enviadas para atendimento a um pedido específico, cujo prazo de entrega será de no máximo 10 (dez) DIAS da solicitação do Perito.

22.11.5 - O Perito terá, dentre outros estabelecidos no instrumento de sua nomeação, os direitos de requerer às PARTES quaisquer informações adicionais que considere necessárias ao julgamento da controvérsia, bem como a contratação, para este fim, de qualquer técnico ou consultor independente, sujeito à aprovação das PARTES.

22.11.6 - Obrigações e direitos das PARTES em uma Peritagem.

Cada Parte terá, em relação ao Perito e à outra PARTE, as seguintes obrigações e direitos, com vistas à submissão da controvérsia à Peritagem:

22.11.7 - Dentre as obrigações de cada PARTES, enumeram-se:

(a) enviar ao Perito, no prazo máximo de 30 (trinta) DIAS de sua nomeação, os documentos com as informações necessárias ao julgamento da controvérsia.

(b) dispor para o Perito, no prazo máximo de 10 (dez) DIAS da solicitação, todas as informações adicionais específicas que o Perito julgue necessárias ao desenvolvimento de seu trabalho.

(c) enviar simultaneamente à outra PARTE cópias dos documentos com as informações a que se referem as duas alíneas do item 22.11.7. (a) e (b).

(d) arcar com os respectivos custos para envio das informações ao Perito e à outra PARTE, bem como com as despesas com advogados, consultores, testemunhas, empregados, conforme a necessidade individual de cada PARTE.

(e) arcar com 50% (cinquenta por cento) dos custos e despesas comuns de Peritagem, entre os quais honorários do Perito.

(f) acatar a decisão final do Perito, salvo na hipótese de fraude ou erro em relação a Leis ou fatos materiais, ou de comprovada apreciação inadequada de tais fatos.

22.11.8 - Dentre os direitos de cada PARTE, enumeram-se:

(a) o de participar de quaisquer reuniões do PERITO com a outra PARTE, desde que comunique por escrito ao Perito, no prazo de 5 (cinco) DIAS de recebimento da NOTIFICAÇÃO a que se refere o item 22.11.3.2 (d), sua intenção de participar da mesma.

(b) o de comentar ou contestar informações enviadas pela outra PARTE ao Perito, desde que o faça por escrito e no prazo de 14 (quatorze) Dias de recebimento de tais informações.

22.11.9 Outras Disposições.

Se dentro do prazo determinado pelas PARTES o Perito não tiver apresentado sua decisão, as PARTES no prazo de 10 (dez) DIAS deverão chegar a uma solução de comum acordo para a questão. Caso as PARTES não cheguem a um acordo neste prazo, qualquer uma das PARTES poderá declarar extinta e sem efeito a Peritagem, devendo cada uma arcar com os custos por ela incorridos.

22.11.10 - Após a decisão final, a PARTE vencedora será reembolsada, pela PARTE perdedora, de todos os custos em que comprovadamente tiver incorrido para realizar a Peritagem, incluindo os honorários do Perito.

22.11.11 - A instauração de um procedimento de Peritagem ou Arbitragem não suspenderá o andamento normal do CONTRATO, exceto no que concerne à questão submetida à Peritagem.

22.12 - Fica eleito, com exclusão de qualquer outro, o foro da cidade de xxx Estado xxx, para ações e medidas judiciais previstas ou compatíveis com o Regulamento de Arbitragem ou com a Lei nº 9.307/96.

**Justificativa:** Sugerimos, por meio da inserção da cláusula 22, a possibilidade de inclusão de arbitragem, como forma de solução de controvérsias.

## **CLÁUSULA 22-23 – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO**

**2223.1** As PARTES declaram, sob as penas da lei, que têm conhecimento da Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013, comprometendo-se em não praticar qualquer dos atos lesivos à Administração Pública elencados no art. 5º, seus incisos e alíneas, no decorrer da execução do CONTRATO. Declaram, ainda, para os devidos fins, estarem cientes das penalidades previstas na referida legislação, além daquelas cominadas na Legislação Penal, bem como em outras normas aplicáveis.

### 23.2 Da vedação ao nepotismo

23.2.1 A GASMIG não poderá manter, durante a execução do CONTRATO, administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) da CONTRATANTE detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o CONTRATO; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

23.2.2 A GASMIG não poderá utilizar, na execução dos serviços, objeto deste CONTRATO, sob pena de multa ou rescisão contratual, profissional que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de empregado da CONTRATANTE detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o CONTRATO; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

23.2.3 Caso seja constatada, durante a execução do CONTRATO, situação de descumprimento dos itens 23.2.1 e 23.2.2 por meio de NOTIFICAÇÃO da CONTRATANTE, a GASMIG terá 60 (sessenta) dias corridos para regularizar a irregularidade. Se após esse prazo a situação não for regularizada, acarretará multa de 0,5% (zero vírgula cinco) do valor deste CONTRATO ou, alternativamente, poderá acarretar a sua resolução.

### 23.3 Conduta das PARTES

23.3.1 Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

23.3.1.1 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo (i) não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) não realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação à Lei 12.846/13, ao United States Foreign Corrupt Practices Act de 1977 ou ao United Kingdom



Bribery Act (coletivamente denominados as “Leis Anticorrupção”). Para os efeitos desta cláusula 23.1, “Grupo” significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

23.3.1.2 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo cumprirão as Leis Anticorrupção.

23.3.1.3 Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu Grupo não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e cumprirão as demais normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

23.3.2 Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo não pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, bem como que não ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

23.3.3 Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nas cláusulas 23.3.1 e 23.3.2 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta cláusula Vigésima Terceira.

23.3.4 As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis Anticorrupção.

23.3.5 Cada PARTE deverá responder com razoável detalhamento e com suporte documental adequado a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas nesta cláusula Vigésima Terceira, sendo que as PARTES não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

23.3.6 Cada PARTE (“Parte Indenizante”) deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento dos compromissos e declarações previstas nesta Cláusula pela Parte Indenizante e pelos membros do Grupo da Parte Indenizante. Esta obrigação não se sujeita ao limite de responsabilidade previsto na Cláusula Décima Nona e permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.

23.3.7 Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nas cláusulas 23.3.1, 23.3.2 e 23.3.3; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.

23.3.8 Cada PARTE deverá providenciar, mediante solicitação razoável da outra PARTE, um certificado por escrito assinado por representante autorizado no sentido de ter a respectiva PARTE cumprido as determinações das cláusulas 23.3.1, 23.3.2 e 23.3.3.

23.3.9 Cada PARTE (“Parte Notificante”) reportará qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer membro do Grupo da outra PARTE para a Parte Notificante. Tais solicitações ou ofertas deverão ser reportadas, por escrito, para: (i) [indicar email/endereço] da CONTRATADA; e (ii) [indicar email/endereço] no caso da GASMIG.

#### **CLÁUSULA 23.24 – Saúde ocupacional, meio ambiente e Proteção ao usuário final**

23.24.1 As PARTES comprometem-se a observar as normas legais e regulatórias relacionadas ao transporte e à distribuição de GÁS NATURAL, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de GÁS NATURAL e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (i) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde ocupacional do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (ii) preservação do meio ambiente e respeito às populações, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais;
- (iii) proteção e segurança do usuário final quando da utilização do GÁS NATURAL.

#### **CLÁUSULA 245 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

245.1 O CONTRATO poderá ser cedido, no todo ou em parte, a uma pessoa jurídica que reúna as mesmas ou similares condições de garantia técnica, solvência financeira que a cedente, com a efetiva transferência e sub-rogação de todos os direitos e obrigações estipulados no CONTRATO.

245.2 A PARTE que desejar ceder seus direitos e obrigações, conforme item 024.1, deverá manifestar sua intenção, mediante NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, que deverá concordar ou justificar a recusa, esta baseada em critério de natureza técnica e/ou econômico-financeira ou, ainda, de não conformidade com o disposto neste CONTRATO e com o risco de integridade da pessoa jurídica, em um prazo máximo de 90 (noventa) DIAS.

245.2.1 A falta de manifestação formal em contrário no prazo estipulado será considerada como plena concordância com a cessão pela PARTE omissa.

245.2.2 Tendo havido recusa que não seja considerada procedente pela PARTE que deseja efetuar a cessão, o assunto será submetido ao Poder Judiciário.

245.3 Autorizada a cessão, dela deverá constar, obrigatoriamente, que a PARTE remanescente opõe ao cessionário as exceções oriundas do CONTRATO que lhe competirem opor ao cedente, o qual permanecerá solidariamente obrigado ao cessionário até o cumprimento integral pelo cedente de todas as obrigações contratuais constituídas e vencidas porventura existentes até o momento da cessão.

245.4 Na hipótese de cessão parcial do CONTRATO, a PARTE cedente e o cessionário serão responsáveis por todos os direitos e obrigações deles decorrentes na proporção de seus respectivos volumes.

## **CLÁUSULA 256 - DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

256.1 As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

- (i) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes;
- (ii) as pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida;
- (iii) a celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (a) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (b) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (c) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO;
- (iv) o CONTRATO vinculará e obrigará as PARTES e seus respectivos sucessores e cessionários, a qualquer título, incluindo sem limitação as hipóteses de cisão, fusão ou incorporação de qualquer das PARTES; e
- (v) o término, a resolução ou a rescisão do CONTRATO não eximirá qualquer PARTE de suas obrigações que subsistam em relação ao mesmo.

## **CLÁUSULA 267 – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

267.1 As PARTES devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) - LGPD, assumindo, de forma ilimitada perante a outra PARTE, toda e qualquer responsabilidade por violação à legislação de proteção de dados e privacidade decorrente dos tratamentos que realizarem, diretamente ou por intermédio de outrem.

## **CLÁUSULA 278 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

~~23278.1 Este CONTRATO será regido e interpretado, e todas as controvérsias dele emergentes ou com ele relacionadas serão resolvidas de acordo com o direito brasileiro pelo Código Civil Brasileiro, bem como pelas demais espécies normativas regulamentadoras do insumo GÁS NATURAL, e suas modificações posteriores, devendo ser aplicadas imediata e automaticamente ao presente negócio jurídico, independentemente da comunicação entre as PARTES.~~

~~23278.2~~ Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as leis em vigor durante sua vigência, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. O CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

~~23278.2.1~~ Na hipótese do item ~~23278.2~~, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverão aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a finalidade da mesma.

~~278.3 Este CONTRATO e seus anexos (quando existentes) não poderão ser alterados senão por termo aditivo assinado pelos representantes legais devidamente autorizados de ambas as PARTES.~~

~~248.34~~ Limitação de Responsabilidade. A responsabilidade das PARTES pelo pagamento de indenizações, multas e penalidades decorrentes do presente CONTRATO está limitada a 30% (trinta por cento) do VALOR CONTRATUAL estipulado no item 20.1, da cláusula 20 - DO VALOR CONTRATUAL. Em nenhuma hipótese, qualquer das PARTES responderá perante a outra por lucros cessantes e danos indiretos decorrentes de descumprimento de suas obrigações estabelecidas neste CONTRATO.

~~248.34.1.~~ As limitações de responsabilidade estabelecidas no item 24.3 não se aplicam: (i) às hipóteses previstas na Cláusula 21 (SIGILO E CONFIDENCIALIDADE) e na Cláusula 23 (DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO) nos casos de dolo, inclusive no caso de dolo da PARTE em questão que tenha resultado em demandas de terceiros, ou (ii) ao descumprimento da legislação ambiental, fiscal, trabalhista e previdenciária, sendo que em tais casos a responsabilidade será assumida pela respectiva PARTE que der causa, sem as referidas limitações de responsabilidade.

## **CLÁUSULA 24-289 – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

~~289.1~~ As PARTES deverão emvidar seus melhores esforços para tentar dirimir amigavelmente todas as controvérsias que surgirem com relação ao presente CONTRATO. Ocorrendo qualquer controvérsia, a PARTE interessada na sua resolução deverá enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE com o propósito de manterem negociações amigáveis e de boa-fé, a fim de resolverem a referida controvérsia no prazo

de 15 (quinze) DIAS a contar do recebimento da NOTIFICAÇÃO. Transcorrido este prazo, e sem qualquer solução obtida, as PARTES, poderão recorrer à via judicial para dirimi-las em caráter definitivo.

#### **CLÁUSULA 2930 - DO FORO CONCORDÂNCIA**

-

~~-249.1 Fica desde já eleito, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da comarca de Belo Horizonte para qualquer ação judicial referente a este CONTRATO.~~

-

As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral deste CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, em fé do que é firmado eletronicamente o presente, para um só efeito, junto com as 02 (duas) testemunhas abaixo, reconhecendo as PARTES a validade jurídica da solução disponibilizada pela XXXXX, adotada para assinatura eletrônica deste CONTRATO, na forma do disposto no §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/01.

E como prova de assim haverem ajustado, as PARTES assinam este instrumento em duas (2) vias, para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, XX de YY de 2021.

COMPANHIA DE GÁS DE MINAS GERAIS - GASMIG

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF: Nome:

CPF: